

NACIONAL

PARAFUSOS E FERRAMENTAS



44. 3525-9553 | 44. 3524-8090

ELETRODO WORKER 6013
R\$ 19,98*
o KG

ELETRODO WORKER 6013
R\$ 19,98*
o KG



*preços para caixa de 5kgs

Av. Manoel Mendes de Camargo, 2510 | Campo Mourão

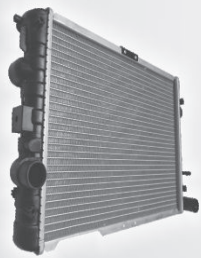
40 ANOS
EM CAMPO MOURÃO!



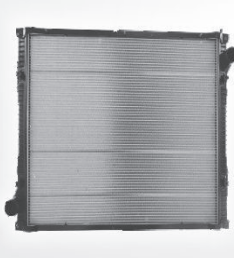
RADIADORES MODELO

Radiadores Novos, Recondicionados a Base de Troca
Pronta Entrega, Solda de Intercooler, Consertos e Mangueiras

LINHA LEVE



LINHA PESADA



LINHA AGRÍCOLA



MANGUEIRAS



(44) 3523-3995 / 3523-3485
Celular: 99931-1476 TIM
radiadoresmodelo@gmail.com

Per. Tancredo de A. Neves, 3189
Jd. Santa Nilce - CEP 87308-440
Campo Mourão - PR

Quer abrir o
próprio negócio?

Mas e a pesquisa
de mercado,
já fez?

A Casa do
Empreendedor
e a Otimiza te
ajudam a abrir
o seu NEGÓCIO

AGENDE O SEU HORÁRIO
44 98405-0663



FLAGRAS | DÚVIDAS | SUGESTÕES



Whatsapp
(44) 9 9162-1733

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Peabiru - Estado do Paraná
Av. Raposo Tavares, 1018 - Caixa Postal nº.28 - CEP 87.250-000

EDITAL DE INTIMAÇÃO

(Alienação fiduciária)

A Oficial do Serviço de Registro de Imóveis do município de Peabiru-PR, nos termos do art. 26, da Lei nº 9.514/97, **INTIMA** o Senhor **LUCIANO FERREIRA DA ROCHA**, inscrito no CPF nº 057.943.419-20, com endereço informado na Rua Topázio, nº 307, Residencial Donatti, em Peabiru/PR, **dever de não encontrado**, a comparecer perante a serventia de Registro de Imóveis de Peabiru, na Avenida Raposo Tavares, nº 1018, Centro, entre 08h30 às 11h e 13h às 17 horas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, a contar da última data de publicação deste Edital, para **PAGAMENTO** (purgação da mora) dos valores devidos em atraso, bem como os que vencerem até a data 16/06/2023, no total de **R\$ 23.405,04**, serão acrescidos as despesas legais (juros convencionais e demais encargos), referente a Cédula de Crédito Bancário nº 5001038-2021.021782-0, firmado em 30/12/2021, matrícula 20.158, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, consolidação da propriedade da imóvel em favor do credor e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Peabiru, em 07.08.2023. A Oficial (Daiane S. Minelli).

CLASSIFICADOS do JORNAL

TRIBUNA
DO INTERIOR



DEIXE SEU
ANÚNCIO
AQUI

Ligue:
(44) 3523-4127



Rua Brasil, 879 - Centro - Campo Mourão-PR - CEP: 87.308-140 - www.condescom.com.br - CNPJ: 13.133.982/0001-31

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferência das documentações e habilitação das proponentes ADJUDICA o processo e encaminha ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Consórcio Intermunicipal CONDESCOM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação resolve:

01 - ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Licitação Nº: Pregão 1/2023
b) Objeto Homologado: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO) CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR Nº 898964/2020.

FORNECEDOR: YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS - EIRELI - CNPJ: 22.087.311/0001-72
Valor Total do Fornecedor: 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais).

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO NOVO 0 KM, DE NO MÍNIMO 1.000 KG OPERACIONAL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 47 HP, COM TODO O SISTEMA HIDRAULICO, NO MÍNIMO TANQUE DE ÁGUA DE 250 LITROS E NO MÍNIMO 12 MESES DE GARANTIA.	XCMG XMR403SVT	UN	1	R\$ 348.900,00	R\$ 348.900,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos)

CAMPO MOURÃO, 16 de agosto de 2023

Documento assinado no original pelo Pregoeiro Henrique Warken e Excelentíssimo Senhor Presidente, CONDESCOM - CONS. INTERM. DESENV. MUNIC. REG. CAMPO MOURÃO.

HENRIQUE WARKEN
11164539914

HENRIQUE WARKEN
PREGOEIRO

EDENILSON APARECIDO
MILIOSSI/91762707934

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
PRESIDENTE



Rua Brasil, 879 - Centro - Campo Mourão-PR - CEP: 87.308-140 - www.condescom.com.br - CNPJ: 13.133.982/0001-31

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2023- CONSORCIO INTERMUNICIPAL PRA DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DE CAMPO MOURÃO - CONDESCOM

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PRA DESENVOLVIMENTO DOS MUNICIPIOS DA REGIAO DE CAMPO MOURÃO - CONDESCOM, Estado do Paraná, com sede à RUA BRASIL 879- CENTRO CAMPO MOURÃO-PR CEP 87.301-140, inscrito no CGC/MF nº 13.133.982/0001-31, neste ato representado pelo (a) Presidente, em pleno exercício, EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.737.444-6 e do CPF/MF nº 917.627.079-34, e

CONTRATADA: YAMADIESEL COMERCIO DE MÁQUINAS - EIRELI, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 22.087.311/0001-72, com endereço a Rua Alcides Valentim Zanella Nº 540 - Bairro Rondinha - CEP 83607-312 - Caixa Postal nº 856 CIDADE/ESTADO: Campo Largo/PR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO) CONVÊNIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR Nº 898964/2020

VALOR: R\$ 348.900,00 (trezentos e quarenta e oito mil e novecentos reais). As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta dos recursos advindos da dotação orçamentária:

02.001.04.122.0002.2.001.4.4.90.52.00.00. - 2001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02.002.20.606.0003.1.001.4.4.90.52.00.00. - 2001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
02.002.20.606.0003.1.002.4.4.90.52.00.00. - 2001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

PRazo DE FORNECIMENTO: 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato

PRazo DE VIGÊNCIA: 365 dias.

Campo Mourão-PR, 16 de agosto de 2023.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO DE IMÓVEIS
Comarca de Engenheiro Beltrão - Estado do Paraná

EDITAL DE LOTEAMENTO

(Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979)

HERÁCLITO XAVIER DOS SANTOS, Agente Delegado da Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná

Faz saber a todos os interessados que, foram depositados nesta Serventia, os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal nº 6.766/79, para o registro do Loteamento denominado **SOL MAIOR II**, localizado no imóvel constituído pelo lote nº 20, subdivisão do lote nº 42, do perímetro urbano da cidade de Quinta do Sol, Comarca de Engenheiro Beltrão, com a área de 14.500,00 m², matriculado sob nº 3.117, desta Serventia, de propriedade do MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL, CNPJ nº 76.950.047/0001-88, com sede à Praça Solange Marques, 259, Quinta do Sol, PR. O Loteamento será composto por 03 (três) quadras, estas subdivididas em 45 (quarenta e cinco) lotes, Área Verde e Área Institucional, destinadas ao Município e 04 (quatro) ruas, conforme Projeto e Decreto nº 062/2023, do Município de Quinta do Sol e demais órgãos competentes.

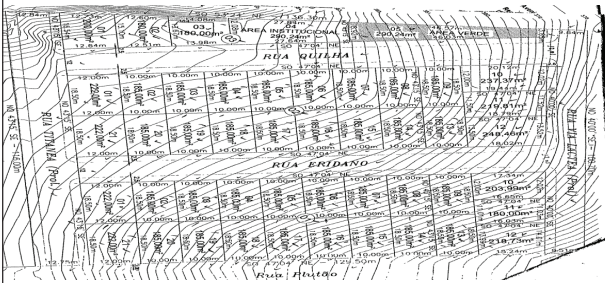
E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital que será publicado, por 03 (três) dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, nos termos do art. 19 da citada Lei Federal.



Engenheiro Beltrão, PR, 11 de agosto de 2023.

Heráclito Xavier dos Santos

Rua Princesa Isabel, nº 210 - CEP 87270-000 - (44) 3537-2011 - registroeb@gmail.com



DARLAV

Lava Car

ESTACIONAMENTO

Celular 99712-0600

Rua Brasil, 1442 - em frente a Prefeitura

LEILÕES ONLINE

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ: 00.360.305/0001-04, faz saber que a Plataforma Online de Vendas Públicas **www.LeiloeiroPublico.com.br** através do Assistente Técnico, Rodolfo da Rosa Schöntag, Matrícula AACR/263 realizará Leilões Extrajudiciais e Notificações nos termos da Lei 9.514/1997, exclusivamente Online.

Imóvel 262,50 m² em Campo Mourão (PR)

Matrícula 30.852 (1º ORI - Campo Mourão (PR)): Unidade Residencial "B", do Conjunto Condominial Médici, situado no Jardim São Sebastião nesta Cidade, Município e Comarca de Campo Mourão - Paraná, com área total construída de 85,125 m², com fração ideal de terreno medindo 262,50 m² (sendo 85,125 m² de áreas ocupadas pela edificação e 177,375 m² de área reservada como utilização... Dados Municipais: Cadastro: 117005. Inscrição Imobiliária: 02.15.001.0272.002. Av.11/30.852 em 18/01/2017: Consolidação da propriedade, registro da consolidação de propriedade do imóvel desta matrícula, em favor do credor fiduciário Caixa Econômica Federal - CEF. Em desfavor dos Devedores, Garantidores, Intervinentes, Ocupantes, Representantes: SANDRA REGINA HENRIQUE DOS SANTOS, CPF: **0.**3.**9-15.

1ª Data: 31/08/2023 | 17h

2ª Data: 15/09/2023 | 17h

Lance Mínimo R\$ 1ª Data Formal
323.723,56*

Lance Mínimo R\$ 2ª Data Formal
86.084,86*



**1º CAMPEONATO
MOURÃOENSE DE**

LIVRE 2023

FUTSAL

FEMININO

Inscrições: 15 a 31/08
Congresso Técnico: 06/09
Vagas Limitadas

Inscrições e Informações:
Fundação de Esportes de Campo Mourão
R. Robson Daciuk Paitach, 379 - Jd. Aeroporto
Fone: (44) 3523-1561 / (44) 3529-1448



Quer abrir o
próprio negócio?

Mas e a pesquisa
de mercado,
já fez?

**A Casa do
Empreendedor
e a Otimiza te
ajudam a abrir
o seu NEGÓCIO**

AGENDE O SEU HORÁRIO
44 98405-0663






CASA DO EMPREENDEDOR
 SEDEC
 otimiza

A gente te convida
a conhecer e
praticar a

CIDADANIA

colab

A prefeitura na palma
da sua mão, de onde
você estiver.



CURSO

MANEJO E ORDENHA

BOVINOCULTURA DE LEITE

18 a 20 de SETEMBRO

Instrutor: **Luiz Grossi (Zinho)**

Local: **Sindicato Rural de Campo Mourão**

* Concluindo o curso o participante conquista o pré-requisito necessário para a participação nos cursos de Inseminação Artificial

Interessados entrar em contato com a mobilizadora
Nayara: (44) 99929-2274 / (44) 3523-1953
ou pelo e-mail: nayara.sindicatosenar@gmail.com



SISTEMA FAEP





**SINDICATO RURAL
DE CAMPO MOURÃO**



MONALISA

I M Ó V E I S

CRECI 3992-J

IMÓVEIS A VENDA

PRÉDIO COMERCIAL

R\$680.000,00 - Salão comercial, terreno área 742,50 metros, construção com 371,25. Av. Jacutinga, 883 - Jd. Tropical 2. Antiga igreja.

R\$1.600.000,00 - Barracão em alvenaria na Av. Perimetral Tancredo Neves, 1716. Terreno com 660m e construção 697,30m.

R\$160.000,00 - Sala comercial térrea no Ed. Antares. Av. Capitão Índio Bandeira, 1400. Área 63,65 metros.

R\$320.000,00 - Sala comercial térrea. Rua Paul Percy Harris, 47. Ao lado Posto Muffato com área de 100,87 metros. Já alugada.

R\$2.300.000,00 - Prédio comercial na Avenida Irmãos Pereira, 531, centro com uma sala comercial com área de 177,94m, apto com 201,95 e barracão de 236m. Terreno com área de 900m.

APARTAMENTOS

R\$880.000,00 - Ed. Trianon, na Rua São Josafat, 1278, área construída 200,27 metros. Imóvel novo com móveis planejados.

R\$900.000,00 - Edifício Residencial Delta, na Rua Araruna, 854 - com área total de 256 metros -tudo reformado com móveis planejado.

R\$580.000,00 - Apartamento no Edifício Montreal, Jardim São Sebastião, na Av. Comendador Norberto Marcondes , 2877 - Com área de construção de 194 mts e área útil de 140 metros.

R\$280.000,00 - Apartamento no Edifício Aquarius, centro - Rua Roberto Brzezinski, 1973, área de 102 metros.

R\$100.000,00 - Edifício Carlos Drumon de Andrade, Rua José Furquin de Castro, numero 7 apto 201 - Cianorte-PR.

R\$350.000,00 - Edifício Residencial Veneza, 1º andar fundo, área total 118,70 metros, área útil 79,38 metros. Uma suite, um quarto, sala, cozinha, lavanderia e uma garagem.

R\$500.000,00 -Apto no Ed. Vivendas Sevilla, Rua Edmundo Mercer, 1179. Área total 131,89 metros. Área útil 107,44 metros. Prédio semi-novo. Primeiro andar, frente para rua.

R\$1.200.000,00 - Edifício Floresta, Rua São José, 1468, área útil 114,90 metros, área total 217,03 metros. Imóvel novo. Nono andar.

R\$1.100.000,00 - Edifício Fiorella, Rua São José, 1468, área útil 114,90 metros, área total 217,03 metros. Imóvel novo. Décimo andar, fundos.

R\$680.000,00 - Av. Manoel Mendes de Camargo, 2440. 170 metros, área útil 117 metros. Ed. Napoli com móveis planejados em cozinha, quartos e banheiro.

R\$480.000,00 - Ed. San Remo na Rua Mamborê, 987, Área 141,13 metros total, duas garagens, quinto andar, fundo.

R\$800.000,00 - Ed. Angra dos Reis, na Av. Irmãos Pereira, 1590. Área total 266,29 metros, área útil 157,17 metros, com móveis planejados.

R\$850.000,00 - Apto no Ed. Boulevard, na Av. Capitão Índio Bandeira, 2021. Área total 221,56 metros. Área útil 133,25 metros. Oitavo andar.

R\$450.000,00 - Apto no residencial Monte Carlos, rua Laurindo Borges, 1558, centro. Área total 136,07 metros.

R\$220.000,00 - Apto no Ed. Madrid, área de 60,81 metros. Av. Comendador Norberto Marcondes, 574, centro. Primeiro andar.

R\$210.000,00 - Apto no Ed. Madrid, área de 52,29 metros. Av. Comendador Norberto Marcondes, 574, centro. Segundo andar.

R\$215.000,00 - Apto Ed. Residencial Madrid, área de constução 55,85 metros. Terceiro andar. Av. Comendador Norberto Marcondes, 574, centro.

R\$550.000,00 - Apto residencial Ana Kosen, Rua Santa Cruz, 1417, centro. Área 153,36 metros. Útil 116,75. Todo com móveis planejados. Excelente acabamento. Segundo andar.

R\$220.000,00 - Apto residencial I Unique. Av. Guilherme de Paula Xavier, 860. Área 72,13 metros. Útil 41 metros.

R\$420.000,00 - Edifício residencial Potência na Rua Goioerê, 2670, Jardim Curitiba. Área 139,81 metros com área útil 109,05. Terceiro pavimento.

R\$400.000,00 - Apto. no edifício residencial Santorini na Rua Santos Dumont 1853, com área de 105,56m

R\$700.000,00 - Apto. No edifício Vitória Régia, Rua Mato Grosso 1620 com área útil de 159,18 m²

SOBRADO

R\$1.400.000,00 - Rua São Josafat, 983 - Centro - Esquina com a Irmãos Pereira -terreno com 420 metros - construção de 207 metros.
 R\$2.500.000,00 - Rua Antonio Toledo da Silveira, 108 - Jardim Shangrila - Corné - Área de 624 metros a construção 533 metros e móveis planejados
 R\$580.000,00 - Rua Guilherme de Paula Xavier, 365 - Terreno de 300 metros - construção de 201 metros.
 R\$430.000,00 - Avenida Guilherme de Paula Xavier, 3388 - Condomínio Edifício Residencial Vitale - Área de 159 metros. Unidade 3.
 R\$700.000,00 - Rua Santos Dumont,1230- Centro -Terreno de 280 metros construção 146 metros.
 R\$800.000,00 - Avenida Guilherme de Paula Xavier, 652, centro. Terreno com 125,19 metros e construção com 112,21 metros.
 R\$800.000,00 - Sobrado de alvenaria na Rua do Expedicionário, 533, Jardim Copacabana. Terreno com 350 metros. Construção 190,35 metros. R\$2.000.000,00 - Rua das Andorinhas, 341. Área do terreno com 348 metros e construção com 510 metros.
 R\$850.000,00 - Rua Buritis, 269, Jardim Botânico I. Terreno com 300 metros e construção com 215,87. Móveis todos planejados.
 R\$430.000,00 - Sobrado em fase de construção na Rua das Cerejeiras, 458, Jardim Araucária. Terreno com 427 metros e projeto construção aprovado com 200 metros.
 R\$725.000,00 - Sobrado na Rua Roberto Brzezinski, 828. Área de 173,06 metros.
 R\$660.000,00 - Sobrado na Rua Roberto Brzezinski, 836. Área de 160,77 metros.
 R\$700.000,00 - Sobrado na Rua Roberto Brzezinski, 842. Área de 168,93 metros.

CASAS

R\$1.800.000,00 - Av. Irmãos Pereira, 651 - centro - terreno de 1.000 metros em frente a Faculdade Engenheiro. R\$1.400.000,00 - Casa na Rua Penil Potap, 1107 - com terreno de 714 metros - casa em alvenaria de 306 metros e barracão em alvenaria de 363 metros - imóvel localizado em Engenheiro Beltrão.

R\$1.400.000,00 - Casa de Alvenaria na Rua São José, 512 - Centro - com área de terreno de 650 metros - construção 400 metros - com móveis planejado e piscina.

R\$900.000,00 - Rua Santa Catarina, 2642 - Centro com área de terreno de 500 metros e construção 201 metros com piscina e móveis planejados.

R\$ 400.000,00- casa localizada na Avenida Hanel, 681 - Centro - Município de Araucária - com área de 60 metros na Rua São José, 105 metros.

R\$550.000,00 - Casa em alvenaria na Rua Miguel Charan, 52, Jardim Capricórnio. Terreno de 357 metros e construção 275 metros.

R\$1.770.000,00 - Casas na Rua José Antônio Fucks, 82, Jardim Silvana. Terreno com 180 metros. Uma casa com 74 metros e outra 62 metros. Mesmo terreno.

R\$695.000,00 - Casa em alvenaria na Rua Jade, 280. Terreno 325 metros, construção 69 metros. Praia do Mariscal em Bombinhas, Santa Catarina.

R\$1.000.000,00 - Casa em alvenaria na Rua Paqueta, 55, 88. Bairro Moradias Verdes Campos. Terreno 37,60 e construção 99,95 metros.

R\$650.000,00 - Avenida José Custódio de Oliveira, 2564. Área do terreno 389,52 metros. Construção 164,67 metros. Com piscina. Excelente localização.

R\$250.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Sabiá. Terreno 180 metros, construção 127 metros. Id. Tropical II. Imóvel novo, fazer acabamento.

R\$210.000,00 - Casa na Rua Nelson Guimarães Monteiro, 133, Jardim Paulista. Terreno 100 metros, construção 92,58 metros.

R\$650.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Eng. Coelho Junior, 26. Terreno com 416 metros e construção com 380 metros.

R\$390.000,00 - Av. Perimetral Tancredo Neves, 3320, terreno com 390 metros. construção com 100 metros.

R\$280.000,00 - Rua Marins C. Pereira, 470, Jd. Horizonte. Terreno com 420 metros e construção 167,13.

R\$300.000,00 - Rua Nicolau Assad, 319. Terreno com 292,11 metros. Construção com 100 metros e área de lazer.

R\$150.000,00 - Rua Brilhante, 126. Jd Diamante Azul (Terreno de 205,20, área útil 48,25.

R\$400.000,00 - Rua Teodoro Metevet, 1065, Jd. Copacabana. Terreno com 350 metros. Construção 120 metros.

R\$450.000,00 - Casa na Rua Juscelino Kubistchek, 733, Jd. Francisco Ferreira Albuquerque. Terreno 346,80 metros e construção com 134,14 metros.

R\$250.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Pavaier, 123 - centro - esquina com o Comendador Norberto Marcondes - Área do terreno em 800 metros e 400 metros de construção com móveis planejados. Piscina excelente com área de lazer. Imóvel pode ser aproveitado para área comercial.

R\$1.770.000,00 - Casa na Rua Javali, 338, Jd. Veneza. Área do terreno 117 metros. Construção 57 metros.

R\$1.770.000,00 - Casa na Rua Damasco, 274 - Jardim Diamante Azul. Terreno com 232,90 metros e construção com 105,14 metros.

R\$1.080.000,00 - Casa de madeira na Rua Mato Grosso, 969 - Jardim Country Club. Terreno com 224 metros e construção com 128 metros.

R\$550.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Santa Catarina, 2632. Terreno com 500 metros e construção com 155,90.

R\$160.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Pica-Pau, 380. Conjunto Milton Luiz Pereira. Terreno com 245,30 metros e 88 de construção.

R\$220.000,00 - Av. Prefeito Pedro Viriato de Souza Filho, 1432, terreno com 180 metros e construção com 62,99 metros. Tropical.

R\$350.000,00 - Casa de alvenaria na Rua Vereador Júlio Vieira, 515, Lar Paraná. Duas casas no mesmo terreno. Uma com área de 99,84 metros, outra fundos com 39,86 metros.

TERRENOS/CHÁCARAS

R\$2.000.000,000 - Lote de terra - área de 950 metros na rua Mamborê esquina com a Goioerê.

R\$190.000,000 - Terreno de 346,80 metros na Rua Silvio Legnani, 87, Jardim Francisco Ferreira Albuquerque

R\$ 530.000,00 - Terreno no condomínio Rio do Campo, excelente localização, área total 618 metros, área útil 480 metros. Aceita veículo em contra proposta no negócio.

R\$110.000,00 - Terreno com 229,68 metros na Rua Pion Gumercindo Xavier, 100, Id. Esperança, saída para Maringa, próximo a Carrocerias Mourão.

R\$2.750.000,00 - Terreno com área de 650 metros, Av. Manoel Mendes de Camargo (20 metros) com Rua Mato Grosso (32,50 metros). Construção 120 metros.

R\$120.000,00 - Rua Aleluia, 682, Jardim Maria Barleta. Área 420 metros.

R\$1.500.000,00 - Rua Santa Catarina 2054, área 650 metros. Lado da Valgas.

R\$425.000,00 - Terreno com 325 metros, na Av. Comendador Norberto Marcondes, 1275.

R\$1.200.000,00 - Terreno na avenida Irmãos Pereira. 450 metros. Próximo a Cantina Di Colli.

R\$3.000.000,00 - Chácara com 4.180 metros, excelente casa, área de lazer com piscina, construção de 720 metros. Rua Presbítero José Domingos dos Santos Filho, 482, Jd. Laura.

R\$640.000,00 - Terreno em Porto Rico Resorts Residência. Área com 452,43 metros.

R\$1.300.000,00 - Rua Panambi, área com 1000 metros. Excelente localização.

R\$265.000,00 - Terreno na Rua dos Álamos, 722, Jd. Araucária. Com 560 metros.

R\$2.000.000,00 - Terreno com 950 metros, Av. Manoel Mendes de Camargo, 330. Esquina.

R\$800.000,00 - Rua Devete de Paula Xavier, 68, centro. Com 1000 metros.

R\$230.000,00 - 420 metros no jardim Casali. Rua Sibipiruna, 265.

R\$1.2000.000,00 - Terreno com 1500 metros na Rua Peabiru, nº 90.

R\$250.000,00 - Terreno Rua São Josafat esquina com Rua Ignácio Trombini. Área de 442,50 metros. Conjunto Residencial Capricorno.

• COMPRA

• VENDA

• ADMINISTRAÇÃO

• VALIAÇÃO

IMÓVEIS PARA LOCAÇÃO

APARTAMENTOS

R\$ 3.000,00 – Rua Santa Catarina n. 174-1 – Apto 1802 – Torre Sol (01 suite master, 02 demi suites, sala, copa, cozinha com armários, lavanderia, 2wc, dependência de empregada, ar condicionado nos quartos, 02 vagas de garagem + condomínio +/- 850,00)

R\$ 2.400,00 – Av. Jose Custodio de Oliveira n. 1074 – Don Antonio (01 suite com closed, 01 suite simples, 01 escritório, sala, copa, cozinha com armarios, wc, lavanderia com armarios, sacada gourmet com churrasqueira, 02 vagas de garagem + condomínio)

R\$ 1.400,00 – Rua Santa Cruz n. 1312 – Apto 20 – Centro (01 suite, 02 dormitórios, sala, sacada, cozinha, bwc social, lavanderia, garagem, condomínio baixo (85,00) + taxa de mudança)

R\$ 1.350,00 – Av. Irmaos Pereira n. 5401-1 – Ed. Rivera – Jardim Novo Centro (01 suite, 01 dormitório, sala/copa, cozinha com armarios, lavanderia, 01 vaga de garagem, piscina, playground, salão de festas, area gourmet, academia. Imovel Novo)

R\$ 1.200,00 – Rua Roberto Brzezinski n. 1634 Ed. Santa Cecília – Apto 303 – Centro (03 dormitórios, sala, cozinha, 01 bwc social e 01 lavabo, lavanderia, 01 vaga de garagem (rotativa) + condomínio).

R\$ 1.000,00 – Rua Laurindo Borges n. 1735 – Apto 305 Ed Itaúno (02 dormitórios, sala, cozinha, lavanderia, bwc, interfone, garagem + cond. aprox. R\$ 250,00) Sem elevador.

R\$ 900,00 – Rua Pitanga n. 268 – Apto 306 – Res. Pasquali – Centro (01 dormitório, sala/cozinha, bwc social, lavanderia, 1 vaga de garagem + condomínio).

R\$ 850,00 – Av. Comendador Norberto Marcondes n. 574 – Residencial Madrid – Apto 102 Térreo (02 dormitórios, sala, cozinha, lavanderia, bwc social, 01 vaga de garagem, + Condomínio)

R\$ 800,00 – Rua Ulisses Guimarães n.589 – Apto 104 (fundos) Ed Nacional – Jardim Batel (02 dormitórios, sala, cozinha, bwc social, lavanderia, sacada, 1 vaga de garagem rotativa, portão eletrônico, interfone + condomínio).

RESIDÊNCIA EM ALVENARIA

R\$ 3.000,00 - Rua dos Buritis n. 232 - Jardim Botânico 01(01 suite, 02 dormitórios, sala, copa, cozinha com armários, 2wc, lavanderia, edícula gourmet, piscina, cerca elétrica, portão eletrônico + seguro)

R\$ 1500,00 - Rua Juscelino Kubistchek N. 734 - Jardim Albuquerque (3 dormitórios, sala, cozinha, lavanderia, banheiro)

R\$ 1.200,00 - Rua Nicolau Assad n. 319 - Jardim Capricornio (01 suite, 02 dormitórios, sala, copa, cozinha, wc, lavanderia, garagem + seguro)

R\$ 1.200,00 -Rua Santa Catarina n.794 (01 suite, 02 dormitórios, sala, sala de tv, copa, cozinha, bwc, lavanderia, garagem ampla, portão eletrônico + seguro)

R\$ 1.100,00 - Rua Lourival Borba N. 317 - Jardim Kymberlim (03 dormitórios, sala, cozinha, banheiro, lavanderia)

R\$ 950,00 - Rua João Xavier Padilha n.244 (03 dormitórios, sala, copa, cozinha, bwc social, despensa, lavanderia, garagem + seguro). Obs.: Próximo ao Condor.

R\$ 950,00 - Rua Socrates Stamato n. 16 - Jardim Maia (02 dormitórios, sala, cozinha, wc, lavanderia, garagem, portao eletronicoo + seguro)

R\$ 950,00 - Rua Pitanga n. 626 - Casa 04 Fundos (02 dormitórios, sala,cozinha, wc, garagam,lavanderia, + condominio fixo, energia foto voltaica + seguro)

R\$ 950,00 - Rua Prefeito Devete de Paula Xavier n. 600 - Casa 04 - Bella Suíça (03 dormitórios, sala, cozinha, bwc, lavanderia, 1 vaga de garagem + seguro).

R\$ 900,00 - Av. Jose Wierchon n. 4136 A - (01 suite, 02 dormitórios, sala, cozinha, WC, lavanderia, garagem) + Seguro. REF: 1439.

R\$ 900,00 - Av. Jose Wierchon n. 4136 B - (01 suite, 02 dormitórios, sala, cozinha, WC, lavand-
eria, garagem) + Seguro. REF: 1439.

R\$ 900,00 - Rua Guarani n. 110 - Lar Paraná (03 dormitórios, sala, cozinha, wc, lavanderia, ga-
ragem)

R\$ 900,00 - Rua Guarani n. 1181 - Jardim Pio 12 - (03 dormitórios, sala, cozinha, wc, lavanderia, churrasqueira, garagem 02 carros + seguro)

R\$ 900,00 - Rua Osmar de Oliveira n. 1283 - Jardim Sol Nascente (03 dormitórios, sala/coz-
inha, wc, lavanderia, garagem descoberta + seguro - Imovel NOVO)

R\$ 800,00 - Rua Galo da Serra n. 129 - Jardim America (02 dormitórios, sala, cozinha, wc, lavan-
deria, despensa, garagem + seguro)

R\$ 700,00 - Rua Brilhante n. 126 - Jardim Diamante Azul (03 dormitórios, sala, cozinha, wc,
lavanderia, garagem)

KITNETS

R\$ 780,00 - Av Irmaos Pereira n. 1214 - Kt 02 - Fundos (01 suíte, sala/cozinha com armários, garagem aberta, lavanderia aberta - Fundos Açogue Griffes)

R\$ 880,00 - Av. Irmãos Pereira n. 1214 - Kit 03 - Fundos (01 dormitório, wc, cozinha com armarios, sala, garagem aberta, lavanderia aberta - Fundos Açogue Griffes)

R\$ 2.200,00 - Rua Candido Holts Vieira N. 217 - KitMet 03 - (Com Mobilia)

SOBRADOS

R\$ 1.700,00 - Rua Juscelino Kubistchek n. 485 - Jardim Albuquerque (01 suíte, 02 dormitórios, sala, copa, cozinha, lavabo, wc, despensa, garagem, edícula, churrasqueira, portão eletrônico + seguro)

COMERCIAIS

R\$ 20.000,00 - Rua São Paulo n. 1255- Centro - (Sala comercial com area de 350,00, com area de estacionamento),(Antigo cartório do Valdemar)

R\$ 10.000,00 - Avenida Goioerê n. 2020 - Centro (Área de 360 mts) conta com banheiros múltiplos (masculino, feminino e cadeirante) - não possui móveis ou eletros.

R\$ 5.500,00 - Rua São Paulo n. 1418 - Sobre Loja - Centro (Área total de 300 mts²) + Seguro REF.: 1227.

R\$ 4.000,00 - Av. Capitão Índio Bandeira - Sala 12 - Térreo - Centro Empresarial Antares (160,00 mts, ja incluso condomínio e IPTU)

R\$ 3.000,00 - Av. Manoel Mendes de Camargo n. 2440 - Sala 01 - Centro (Área total de 230,00 mts², 2 banheiros) + Seguro. REF.: 733.

R\$ 2.800,00 (SALA COMERCIAL) - Avenida Capitão Índio Bandeira nº. 1980 - Centro (sala com 100m2, possuindo 1 banheiro, sem vaga de garagem)

R\$ 2.500,00 - Rua Maria Olímpia Jardim n.992 - Jardim N.S. Ap. (126,00 mts, de frente para BR 317 saída para Maringá) + Seguro. REF.: 1385.

R\$ 2.000,00 - Rua Francisco F. Albuquerque N. 1759 - Centro (Sala de 12 mts - em consultório + R\$ 500,00 de condomínio)

R\$ 2.000,00 (+ rateio de água) - Av. Irmãos Pereira n. 1855 - Sala Comercial (onde era Jack)

R\$ 2.000,00 - Av. Manoel Mendes de Camargo n. 1941 - Área 80,00 mts (3 salas, recepção, 2 banheiros e cozinha) + seguro

R\$ 1.800,00 - Rua Interventor Manoel Ribas n. 1253 - Centro (Área 120,00 mts - Sala 02) + Seguro. REF.: 1265.

R\$ 1.800,00 - Rua Marfim n. 982 (Salas corporativas - sem condomínio - área aproximada de 25 a 35 mts) (sala com lavatório e móveis 2.100,00R\$). REF.: 1455.

R\$ 1.600,00 - Av. Manoel Mendes de Camargo n. 901 - Centro (Sala com area de 80,00 mts, com divisórias internas)

R\$ 1.200,00 - Av Capitão Índio Bandeira n. 1400 - Sala 11 - Térreo - Galeria Antares (aproximadamente 100 mts + 500,00 condomínio fixo) chaves na LanHUse ao lado da sala.

R\$ 1.050,00 - Av. Irmãos Pereira n. 963 - Sala 11 - 2º Andar - Shopping Cidade (Área de 70,00 mts + condomínio +/- 400,00 + IPTU + Seguro). REF.: 829.

R\$ 1.000,00 - Rua Pitanga n. 626 - Centro - Sala Avulsas - Clinica de Olhos (Área de 22,00 mts + condomínio). REF.: 1426.

R\$ 800,00 - Rua Ailton Albuquerque N. 344 - Sala 02 (Área de 55,00m2 .)

R\$ 800,00 - Rua Harrison Jose Borges n. 1154 - Ed. Likes (Com ar condicionado, vaga de garagem + condômino R\$ 450,00)

R\$ 800,00 - Rua Prefeito Devete de Paula Xavier n. 600 - Sala 02 (Com area de 30 mts, com taxa de agua incluso)

R\$ 750,00 - Av. Capitão Índio Bandeira n. 1.400. Sala Comercial n. 306 - Centro Empresarial Antares - REF.: 1468.

R\$ 550,00 - Av. Capitão Índio Bandeira n. 1.400 - Sala 104 - Ed Antares (41mts). (Caso o cliente tenha interesse em 1 vaga de garagem, será alugada (contrato separado) por R\$ 250,00.) + Condomínio

CASA COMERCIAL

R\$ 5.500,00 - Av. Manoel Mendes de Camargo N. 2.780 (Terreno de 560,00m2, , área útil de 272,72m2)

R\$ 5.000,00 – Rua Santa Catarina n. 1342 – Centro (Área útil de 270 mts, área Total de 1000mts + Seguro. REF.: 1229.


R\$ 3.500,00 - Rua Interventor Manoel Ribas n. 901 - Centro (2500,00 mts de área total e 160,00 mts de área útil – Sobrado com sala no térreo e primeiro andar, com banheiro, cozinha e lavanderia – Próximo ao Clube 10 de Outubro)

TERRENO FINS COMERCIAL

R\$ 1.500,00 - Av. Joao Bento n. 2260 - (470,00 mts) REF.: 1266.
R\$ 1.500,00 - (+ IPTU) Av. Goioerê x Rua Mamborê - Centro (Área de 950,00 mts) REF.: 1260.

BARRACÃO
R\$ 3.000,00 - Av. Irmãos Pereira n. 4590 - Centro (Barracão de 200 mt em final de construção próximo do semáforo)

**Consulte nosso site: www.monalisaimoveis.com.br.
Fones: (44) 3525-1622/3017-1622**



Prefeitura Municipal de Rondonador
PRACA - CENTRO
RONDONADOR - CEP:87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE/FAX: (44) 375-1222 - PARANÁ
CNPJ - 75.371.401/0001-57

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito do Município de Rondonador, Estado do Paraná, Senhor **Vivaldo Lessa Moreira**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida pela Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações, designados através da portaria nº. 01/2023, e com fundamento na Legislação Vigente, **TORNA PÚBLICO** a homologação do Processo de Contratação levado a efeito através do(a) **Pregão nº 78/2023**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MEDIÇÃO DE UNIDADE DE TURBIDEZ E LEITURA DE CLORO, PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS NO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RONDONADOR-PR**, adjudicado ao(s) seguinte(s) participante(s) e valor(es):


Vencedores:

FORNECEDOR: MUNIZ & ROCHA LTDA - CNPJ: 03.919.932/0001-20

Valor Total do Fornecedor	R\$ 2.403,86 (dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta e seis centavos).
----------------------------------	--

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 2.403,86 (dois mil, quatrocentos e três reais e oitenta e seis centavos)

Rondonador, 16/08/2023




VIVALDO LESSA MOREIRA
59861088920
Vivaldo Lessa Moreira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE IRETAMA
Estado do Paraná
Exercício: 2023

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 4/2023

DATA: 17/08/2023	PROTOCOLO: 4 / 2023	PROCESSO: 4				
CONTRATANTE						
CÂMARA MUNICIPAL DE IRETAMA						
CONTRATADO(A)						
Fornecedor: PAULO ROBERTO KRAVIEZ CARDOSO LTDA CNPJ: 12.239.226/0001-29 Ins. Estadual: 90654968-92 Endereço: RUA CERES, 43 Bairro: Cidade Iretama - PR Telefone: CEP: 87.280-000						
OBJETO						
Contratação de empresa especializada e autorizada na prestação de serviços de instalação e revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto, com capacidade de no mínimo 100 Mb Full para um período de 12 meses, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Iretama-Pr						
JUSTIFICATIVA						
Em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Iretama-Pr						
DESPESA						
Programática	Fuente	Descrição				
01001030103101001390390000	1005	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA				
ITEM(S)						
Lote/Ordem	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	33482	Prestação de serviços de revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto e capacidade de no mínimo 100 Mb Full	MES	12,00	580,0000
						Total: 6,960,00
EMBARCAMENTO LEGAL						
Artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93 de 21 de junho de 1993, conforme parecer jurídico.						
 Presidente da Câmara Municipal						



CÂMARA MUNICIPAL EROTIDES MANOEL DE MATOS
Estado do Paraná
CNPJ: 80.889.223/0001-90
Avenida Paraná, 480 - Centro - Fone: (44) 3573-1042/3573-1775 - Iretama - Paraná.
E-MAIL: contabilidade@camarairretama.pr.gov.br Site: www.camairretama.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2023

Procedimento Licitatório nº 004/2023
Dispensa nº 004/2023

CONTRATANTE: **CÂMARA EROTIDES MANOEL DE MATOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.889.223/0001-90, com sede e foro na Avenida Paraná, nº 481, Centro, Município e Comarca de Iretama, Estado de Paraná.

CONTRATADA: **PAULO ROBERTO KRAVIEZ CARDOSO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.239.226/0001-25, com sede e foro na Rua Ceres, nº 43, Centro, Município de Iretama, Estado do Paraná.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E AUTORIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E REVENDA DE INTERNET TIPO BANDA LARGA, COM IP DIRETO E CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 100 MB FULL, PARA O USO DO PODER LEGISLATIVO DE IRETAMA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 6.960,00** (seis mil e novecentos e sessenta e sessenta reais)



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.39.97.00**

PERÍODO/VIGÊNCIA: **12 MESES (17 de agosto de 2023 a 16 de agosto de 2024).**

DATA DA ASSINATURA: **17 DE AGOSTO DE 2023.**


FORO: **COMARCA DE IRETAMA - PARANÁ**

Iretama/PR, em 17 de agosto de 2023.



JOSIELE PEREIRA DA SILVA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal
Contratante

PAULO ROBERTO KRAVIEZ CARDOSO
Representante Legal
Contratada



CÂMARA MUNICIPAL EROTIDES MANOEL DE MATOS
Estado do Paraná
CNPJ: 80.889.223/0001-90
Avenida Paraná, 480 - Centro - Fone: (44) 3573-1042/3573-1775 - Iretama - Paraná.
E-MAIL: contabilidade@camarairretama.pr.gov.br Site: www.camairretama.pr.gov.br

Termo de Homologação

A Presidente da Câmara Municipal de Iretama, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : 004/2023
b) Licitação Nº : 004/2023
c) Modalidade : Dispensa
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado: Contratação de empresa especializada e autorizada na prestação de serviços de instalação e revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto, com capacidade de no mínimo 100 Mb Full para um período de 12 meses, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Iretama-Pr

Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.39.97.00


f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: **PAULO ROBERTO KRAVIEZ CARDOSO ME**
CNPJ: 12.239.226/0001-29

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	Prestação de serviços de revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto e capacidade de no mínimo 100 Mb Full	12	580,000	6.960,00

Valor Total Homologado: R\$ 6.960,00

Iretama - PR em 17 de agosto de 2023.



JOSIELE PEREIRA DA SILVA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL EROTIDES MANOEL DE MATOS
Estado do Paraná
CNPJ: 80.889.223/0001-90
Avenida Paraná, 480 - Centro - Fone: (44) 3573-1042/3573-1775 - Iretama - Paraná.
E-MAIL: contabilidade@camarairretama.pr.gov.br Site: www.camairretama.pr.gov.br

Termo de Ratificação

A Presidente da Câmara Municipal de Iretama, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0101.2.001.3.3.90.39.97.00

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nº : 004/2023
b) Licitação Nº : 004/2023
c) Modalidade : Dispensa
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado: Contratação de empresa especializada e autorizada na prestação de serviços de instalação e revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto, com capacidade de no mínimo 100 Mb Full para um período de 12 meses, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal de Iretama-Pr

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: **PAULO ROBERTO KRAVIEZ CARDOSO ME**
CNPJ: 12.239.226/0001-29

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	Prestação de serviços de revenda de Internet tipo Banda Larga, com IP direto e capacidade de no mínimo 100 Mb Full	12	580,000	6.960,00


Valor Total Homologado: R\$ 6.960,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Iretama - PR em 17 de agosto de 2023.



JOSIELE PEREIRA DA SILVA DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal



Prefeitura Municipal Quinta do Sol
CNPJ Nº 76.950.047/0001-88


INEXIGIBILIDADE Nº 020/2023-PMQS

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 020/2023

Em atendimento ao art. 26 da Lei Federal nº. 8666/93, ficam pelo presente Termo, ratificados e confirmados os atos referentes a **TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL E O LAR DOS VELHINHOS SÃO JUDAS TADEU, PROVENIENTES DAS DOAÇÕES FEITAS VIA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, COM O OBJETO DE APOIAR PROJETOS SOCIAIS E PROTEÇÃO À DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO**, à instituição **LAR DOS VELHINHOS SÃO JUDAS TADEU DE QUINTA DO SOL - CNPJ Nº 79.869.855/0001-03, no valor de R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS)** com inexigibilidade de licitação, fulcrada no art. 25, II, § 1º c/c art. 26, § único c/c art. 13, II, III e V, todos da Lei 8.666/93.

Quinta do Sol, 15 de agosto de 2023.

Leonel Benatti Mendonça
Secretário de Administração
Poder delegado pelo Decreto nº 004/2021



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA
Praça Henrique Szafelman - 139 - Centro - Juranda - PR
CEP: 87.355-000 CNPJ: 78.196.755/0001-09 Telefone: (44) 3569-1185
Site: http://www.juranda.pr.gov.br

ATA 72/2023

PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE PRESENCIAL


A Prefeita de Juranda, por meio do responsável desta entidade, a Sra. **LEILA MIOTTO AMADEI**, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a 1ª Publicação da ata de registro de preços referente ao processo administrativo 115/2023, Presencial 51/2023, assinada em 17/08/2023 tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE REFEIÇÃO ACONDICIONADA EM MARMITAS E REFEIÇÃO DE RODÍZIO E SELF-SERVICE A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JURANDA-PR.**

Fornecedor: **JOSINETE DO BONFIM DA SILVA 78364663920**
CNPJ: 22.701.277/0001-84

Item	Descrição	Und.	Qtde. Licitada	Valor Unitário	Valor Total
1	5315 - MARMITEX REFEIÇÃO COMPLETA INDIVIDUAL ACONDICIONADA, TAMANHO MEDIO A SEREM ENTREGUES NA L.B.S NOSSA SENHORA INÊ DE DEUS - ALMOÇO (SABADO, DOMINGO, FERIADOS E RECESSOS) E JANTAR - (TODOS OS DIAS INCLUINDO SABADO, DOMINGO, FERIADOS E RECESSOS) HORARIO DE ENTREGA A SER ESTIPULADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURANDA	UN	5.000,000	14,00	70.000,00
					Valor Total: 70.000,00

A vigência da presente ata é de no máximo 03 meses a contar da sua publicação, limitado a vigência do Registro De Preços 17/08/2024

Juranda - PR, 17 de agosto de 2023



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA
Praça Henrique Szafelman - 139 - Centro - Juranda - PR
CEP: 87.355-000 CNPJ: 78.196.755/0001-09 Telefone: (44) 3569-1185
Site: http://www.juranda.pr.gov.br

ATA 73/2023

PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE PRESENCIAL


A Prefeita de Juranda, por meio do responsável desta entidade, a Sra. **LEILA MIOTTO AMADEI**, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a 1ª Publicação da ata de registro de preços referente ao processo administrativo 115/2023, Presencial 51/2023, assinada em 17/08/2023 tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE REFEIÇÃO ACONDICIONADA EM MARMITAS E REFEIÇÃO DE RODÍZIO E SELF-SERVICE A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JURANDA-PR.**

Fornecedor: **49.256.137 MARIA INEZ DE MORAES**
CNPJ: 49.256.137/0001-09

Item	Descrição	Und.	Qtde. Licitada	Valor Unitário	Valor Total
2	5317 - MARMITEX REFEIÇÃO COMPLETA INDIVIDUAL ACONDICIONADA, TAMANHO MEDIO, ACOMPANHADO ANDA DE UM REFRIGERANTE LATA DE 1º LINHA COM 350 ML (JURANDA)	UN	4.000,000	17,00	68.000,00
					Valor Total: 68.000,00

A vigência da presente ata é de no máximo 03 meses a contar da sua publicação, limitado a vigência do Registro De Preços 17/08/2024

Juranda - PR, 17 de agosto de 2023



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA
Praça Henrique Szafelman - 139 - Centro - Juranda - PR
CEP: 87.355-000 CNPJ: 78.196.755/0001-09 Telefone: (44) 3569-1185
Site: http://www.juranda.pr.gov.br

ATA 70/2023

PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE PRESENCIAL


A Prefeita de Juranda, por meio do responsável desta entidade, a Sra. **LEILA MIOTTO AMADEI**, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a 1ª Publicação da ata de registro de preços referente ao processo administrativo 115/2023, Presencial 51/2023, assinada em 17/08/2023 tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE REFEIÇÃO ACONDICIONADA EM MARMITAS E REFEIÇÃO DE RODÍZIO E SELF-SERVICE A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JURANDA-PR.**

Fornecedor: **L N DE ALMEIDA GOMES**
CNPJ: 46.480.460/001-08

Item	Descrição	Und.	Qtde. Licitada	Valor Unitário	Valor Total
4	5319 - REFEIÇÃO SELF-SERVICE, CONTENDO ACIMA DE 03 TIPOS DE CARNE, ACOMPANHADO DE PRATOS QUENTES (ACIMA DE 11 TIPOS) E SOBREMESA, ACOMPANHADO ANDA DE UM REFRIGERANTE LATA DE 1ª LINHA COM 350 ML (JURANDA)	UN	1.800,000	31,99	57.582,00
5	79215 - REFEIÇÃO SELF-SERVICE, CONTENDO ACIMA DE 03 TIPOS DE CARNE, ACOMPANHADO DE PRATOS QUENTES (ACIMA DE 11 TIPOS) E SOBREMESA, ACOMPANHADO ANDA DE UM REFRIGERANTE LATA DE 1ª LINHA COM 350 ML (JURANDA)	UN	3.000,000	39,89	119.670,00
					Valor Total: 177.252,00

A vigência da presente ata é de no máximo 03 meses a contar da sua publicação, limitado a vigência do Registro De Preços 17/08/2024

Juranda - PR, 17 de agosto de 2023



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA
Praça Henrique Szafelman - 139 - Centro - Juranda - PR
CEP: 87.355-000 CNPJ: 78.196.755/0001-09 Telefone: (44) 3569-1185
Site: http://www.juranda.pr.gov.br

ATA 71/2023

PUBLICAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE PRESENCIAL


A Prefeita de Juranda, por meio do responsável desta entidade, a Sra. **LEILA MIOTTO AMADEI**, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** a 1ª Publicação da ata de registro de preços referente ao processo administrativo 115/2023, Presencial 51/2023, assinada em 17/08/2023 tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE REFEIÇÃO ACONDICIONADA EM MARMITAS E REFEIÇÃO DE RODÍZIO E SELF-SERVICE A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JURANDA-PR.**

Fornecedor: **NAVARRO & BARON LTDA**
CNPJ: 10.378.919/0001-77

Item	Descrição	Und.	Qtde. Licitada	Valor Unitário	Valor Total
3	5319 - REFEIÇÃO SELF-SERVICE COM RODÍZIO INDIVIDUAL, CONTENDO ACIMA DE 15 TIPOS DE CARNE, ACOMPANHADO DE PRATOS QUENTES (ACIMA DE 11 TIPOS) E SOBREMESA, ACOMPANHADO ANDA DE UM REFRIGERANTE LATA DE 1ª LINHA COM 350 ML (JURANDA)	JN	500,000	87,00	43.500,00
					Valor Total: 43.600,00

A vigência da presente ata é de no máximo 03 meses a contar da sua publicação, limitado a vigência do Registro De Preços 17/08/2024

Juranda - PR, 17 de agosto de 2023



Governo Municipal de Nova Cantu/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO PESSOAL - RH

PORTARIA Nº. 085, de 11 de agosto de 2023.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO de LOTAÇÃO AOS SERVIDORES MENCIONADOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal Aírton Antonio Agnolín**, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Nova Cantu/PR,

Considerando Leis Ordinárias nº 427/2014, nº 440/2014 e nº 441/2014, aos servidores Municipais de Nova Cantu/PR,

Considerando Lei Ordinária nº 155/2006, Regime Jurídico Único (Estatuto dos Servidores) aos servidores Municipais de Nova Cantu/PR,

RESOLVE

Art. 1º Fica alterada a lotação dos servidores (as) abaixo relacionados na tabela abaixo e já fica notificado onde exercerá suas atividades funcionais.

Mat.	Funcionário	Cargo	Lotação Ant.	Lotação Atual
644088	VANDERLEIA SENEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	003.002.001	013.002.002
645024	SUELY GASPAR SOARES MATIAS	ASSESSOR ESPECIAL V	006.003.001	007.012.003


Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 01 de agosto de 2023.

Falta às comunicações legais, registre-se e publique-se.

Papo Municipal Martín Krupek, **11 de agosto de 2023.**

(Original Assinado)

Aírton Antônio Agnolín
Prefeito Municipal



CIS-COMCAM
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CIS-COMCAM, Rafael Brito do Prado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 102/2023
b) Licitação Nº : 18/2023
c) Modalidade : Compra Direta
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado: Reforço ao conserto dos equipamentos do laboratório, considerando que o refrigerador do laboratório não estava mantendo a temperatura adequada faz se necessário o conserto do equipamento.

01.001.10.302.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 - 1005 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FORNECEDOR: RAFAEL OLIVER LEITNER 00758223935 - CNPJ: 40.085.147/0001-48
Valor Total do Fornecedor: 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).


LOTE 1 LOTE 1
Valor Total do Lote: 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	LIMPEZA COMPLETA DO SISTEMATUBULAÇÃO, COM TROCA DO ÓLEO DO COMPRESSOR, TROCA DO FILTRO SECADOR, COLOCAÇÃO DE VÁLVULA E CARCA DE GÁS	Servç	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
Valor Total Homologado- R\$ 450,00

Campo Mourão, 17 de agosto de 2023.

Rafael Brito do Prado
Presidente do CIS-COMCAM



CIS-COMCAM
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CIS-COMCAM, Rafael Brito do Prado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 90/2023
b) Licitação Nº : 29/2023
c) Modalidade : Dispensa
d) Data Homologação : 01/08/2023
e) Objeto Homologado : O objeto refere-se a instalação e manutenção de ar condicionado considerando a necessidade de instalação, manutenção e assistência técnica dos condicionadores de ar nas dependências do Ciscomcam e Quiliss, faca necessário a contratação de uma empresa responsável pelo período de 12 meses.


01.001.10.302.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 - 1005 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FORNECEDOR: CORNELIAN & SILVA LTDA - CNPJ: 20.696.738/0001-40
Valor Total do Fornecedor: 45.890,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais).

LOTE 1 LOTE 1
Valor Total do Lote: 45.890,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Instalação de ar condicionado 9000 a 12000 btu com material necessário detal no máximo 3 metros de tubo de cobre.	Unidad	6	R\$ 415,00	R\$ 2.490,00
2	Instalação de ar condicionado 18000 a 30.000 btu com material necessário detal no máximo 3 metros de tubo de cobre.	Unidad	4	R\$ 700,00	R\$ 2.800,00
3	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE AR CONDICIONADO	Horas	180	R\$ 155,00	R\$24.900,00
4	MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO	Horas	70	R\$ 155,00	R\$ 10.850,00
5	Infra para instalação de ar condicionado 9000 a 12.000 btus	Metro	15	R\$ 180,00	R\$ 2.400,00
6	Infra para instalação de Ar condicionado 18.000 a 30.000 btus	Metro	15	R\$ 170,00	R\$ 2.550,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 45.890,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa)




CIS-COMCAM
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 45.890,00 (quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais)

Valor Total Homologado- R\$ 45.890,00

Campo Mourão, 01 de agosto de 2023.

Rafael Brito do Prado
Presidente do CIS-COMCAM



CIS-COMCAM
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICIPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CIS-COMCAM, Rafael Brito do Prado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 102/2023
b) Licitação Nº : 18/2023
c) Modalidade : Compra Direta
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado : Reforço ao conserto dos equipamentos do laboratório, considerando que o freezer do laboratório não estava mantendo a temperatura adequada faz se necessário o conserto do equipamento.

01.001.10.302.0001.2.001.3.3.90.39.00.00 - 1005 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

FORNECEDOR: RAFAEL OLIVER LEITNER 00758223935 - CNPJ: 40.085.147/0001-48
Valor Total do Fornecedor: 1.000,00 (um mil reais).


LOTE 1 LOTE 1
Valor Total do Lote: 1.000,00 (um mil reais).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TROCA DO COMPRESSOR	Servç	1	R\$ 950,00	R\$ 950,00
2	LIMPEZA COMPLETA DO SISTEMATUBULAÇÃO, COM TROCA DO ÓLEO DO COMPRESSOR, TROCA DO FILTRO SECADOR, COLOCAÇÃO DE VÁLVULA E CARCA DE GÁS	Servç	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 1.000,00 (um mil reais)
Valor Total Homologado- R\$ 1.000,00

Campo Mourão, 17 de agosto de 2023.

Rafael Brito do Prado
Presidente do CIS-COMCAM



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

DECRETO Nº 3314/2023

REGULAMENTA A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, DIRETA, AUTARQUICA E FUNDCIONAL DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA-PR.

O Sr. **JOEL CELSO BUSCAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA-PR**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

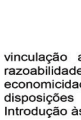
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do município de Boa Esperança-PR, a Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que estabelece normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos, e consolida normas sobre contratações públicas municipais.

Art. 2º O disposto neste Decreto abrange todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do Poder Executivo Municipal de Boa Esperança-PR, exceto as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Parágrafo único. Nas contratações realizadas com recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, deverá ser observada a lei ou a regulamentação específica da modalidade de transferência, quando assim determinado.

Art. 3º Na aplicação deste Decreto serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 4º Na contagem dos prazos considerar-se-ão os dias corridos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.


CAPÍTULO II
DEFINIÇÕES


Art. 5º Além das definições contidas na Lei n.º 14.133/2021, para os fins de aplicação deste Decreto, considera-se:


I - Administração Municipal: órgão ou entidade que integra a administração pública direta ou indireta do município de Boa Esperança-PR, exceto as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias;


II - Diário Oficial: Jornal Oficial;

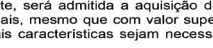
III - Processo de Contratação: processo administrativo que objetiva satisf


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>II - apoiar as demais linhas de defesas no exercício de suas competências de gestão de riscos e de controle preventivo;</div> <div>III - promover inspeções e avaliações das práticas contínuas e permanentes de gestão de risco e de controle preventivo nas contratações públicas;</div> <div>IV - apoiar o agente de contratação e a equipe de apoio, comissão de contratação, os fiscais e os gestores e contratos para desempenho das funções essenciais à execução do disposto neste Decreto;</div> <div>V - auxiliar o fiscal do contrato de modelos de minutas de editais, de termo de referência, de contratos padronizados e de outros documentos; e</div> <div>VI - auxiliar o fiscal do contrato, dirimindo dúvidas e o subsidiando com informações relevantes, a fim de prevenir riscos na execução contratual.</div> <div>§ 1º O ato editado pelo Controle Interno do Município definirá as formas e os prazos para o atendimento de consultas, considerando a natureza da dúvida, o impacto da resposta no processo de contratação e a política pública relacionada, quando for o caso.</div> <div>§ 2º Para os fins deste artigo, serão admitidas formas de consulta e resposta simplificadas, com uso de tecnologia da informação e mecanismos de comunicação de uso disseminado, conforme regulamentação do inciso V do caput deste artigo.</div> <div>Art. 13. O Controle Interno será responsável por analisar eventuais denúncias sobre irregularidades no cumprimento deste Decreto ou decorrentes de ilícitos cometidos contra a gestão municipal.</div> <div>§ 1º O Controle Interno fará a análise da denúncia e, caso consistente, fará o encaminhamento pertinente, nos termos da lei, para procedimento de auditoria na própria Controladoria Interna.</div> <div>§ 2º A denúncia poderá ser proposta por qualquer pessoa e deverá ser encaminhada através do canal da Ouvidoria-Geral, disponível no sítio eletrônico do Município.</div> <div><div>Seção V Plano de Contratação Anual</div><div>Art. 14. O Plano de Contratação Anual é o documento que consolida as demandas que administração Municipal pretende contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração, tendo os seguintes objetivos:</div><div>I - racionalizar as contratações da Administração Municipal;</div><div>II - garantir o alinhamento como o planejamento estratégico do Município de Boa Esperança;</div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>Art. 22. A fase preparatória inclui as seguintes atividades:</div> <div>I - elaboração do estudo técnico preliminar, com base na solicitação;</div> <div>II - elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do termo de referência, incluindo a pesquisa de preços que definirá o valor máximo da contratação, com base na solução indicada no estudo técnico preliminar;</div> <div>III - elaboração da matriz de alocação de riscos se for o caso;</div> <div>IV - autorização para abertura do processo de contratação;</div> <div>V - elaboração da minuta do edital se for o caso;</div> <div>VI - elaboração da minuta de ata de registro de preços se for o caso;</div> <div>VII - elaboração da minuta de contrato se for o caso;</div> <div>VIII - análise jurídica do processo de contratação, ressalvado o disposto no art. 11 deste Decreto;</div> <div>IX - autorização para publicação do edital se for o caso;</div> <div>X - inserção de dados do processo de contratação no sítio eletrônico oficial; e</div> <div>XI - publicação do edital ou do ato que autoriza a contratação direta.</div> <div>§ 1º Na elaboração os instrumentos destinados aos fornecedores, não serão realizadas repetições de informações, sendo considerada parte do edital todas as informações presentes em todos os seus anexos e vice-versa.</div> <div>§ 2º O anteprojeto, o projeto básico ou termo de referência elaborada na fase interna serão públicos para o acesso de qualquer interessado, mas não farão parte dos anexos do edital, devendo suas informações serem distribuídas entre o edital, as especificações, o contrato e a ata de registro de preços, quando houver.</div> <div>Art. 23. O estudo técnico preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:</div> <div>I - a natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;</div> <div>II - as soluções exigentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Administração Municipal e por outras administrações, se forem o caso, e os seus impactos econômicos; e</div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>I - será considerada justificada a escolha de fornecedor que estiver localizado no Estado do Paraná, devendo ser justificada apenas a utilização de referências de preços de fornecedores de outros estados;</div> <div>II - quando utilizada cotação formal, deverá conter quando possível CNPJ, endereço, telefone, data e nome do responsável pela emissão;</div> <div>III - quando utilizada a pesquisa de preços por meio telefônico, deverá ser certificada nos autos pelo agente público responsável pela pesquisa de preços, que far constar o nome da empresa, o nome da pessoa de contato, a descrição do produto ou serviço, o prazo, a data da consulta, o número do telefone e o CNPJ da empresa consultada.</div> <div>§ 6º As referências de preços deverão ser analisados de forma crítica, a fim de se verificar a compatibilidade efetiva entre os itens cotados e o descritivo de cada item a ser contratado.</div> <div>Art. 29. A metodologia para a formação do preço máximo na contratação de bens e serviços em geral, por meio de processos licitatórios, deverá observar as seguintes regras:</div> <div>I - existência de, no mínimo, 4 (quatro) referências de preço;</div> <div>II - se alguma (s) das referências não guardar (em) a relação de compatibilidade com as demais, desistindo consideravelmente das outras, seu (s) preço (s) deverá (ão) ser desconsiderado (s) e/ou substituída (s), considerando o disposto no inciso I deste artigo;</div> <div>III - formação da média aritmética entre as referências coletadas;</div> <div>IV - se nenhuma das referências utilizadas destoarem da média aritmética além de 30% (trinta por cento) será adotada a média aritmética com preço máximo;</div> <div>V - se alguma (s) da (s) referência (s) utilizada (s) destoar (em) da média aritmética além de 30% (trinta por cento) será (ão) descartada (s) e será realizada nova média aritmética com os preços restantes para definição do preço máximo;</div> <div>VI - se, após o cálculo do inciso V do caput deste artigo, não restar nenhuma referência dentro da margem de 30% (trinta por cento), deverão ser acrescidas até 03 (três) novas referências e retomada a metodologia a partir do inciso I;</div> <div>VII - se não houver disponibilidade de novas referências ou se, mesmo com a coleta de novas referências, todas destoarem da média em mais de 30% (trinta por cento), deverão ser descartadas para formação da média aritmética as referências que destoarem acima de 50% (cinquenta por cento);</div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.</div> <div>§ 1º Nos casos das alterações do caput deste artigo, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.</div> <div>§ 2º No caso de contrato decorrente de licitação com julgamento por maior preço decorrente de reajuste e repactuação, que serão realizadas por simples apostilamento, nos termos do inciso I do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.</div> <div><div>Seção V Disposições gerais da pesquisa de preços</div><div>Art. 37. As justificativas apresentadas deverão ser claras e objetivas, juntando-se ao processo, sempre que possível, os respectivos documentos comprobatórios, sendo vedadas justificativas genéricas e incapazes de demonstrar a necessidade de se excepcionar as condições estabelecidas.</div><div>Art. 38. Casos onissos ou que eventualmente possam frustrar o processo de contratação, no que tange à formação de preços de bens e serviços em geral, serão decididos pela Secretária Municipal de Compras.</div><div>Art. 39. Os valores de bens imóveis serão avaliados pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, responsável por apresentar laudo de avaliação dos imóveis utilizados no Município.</div><div><div>CAPÍTULO IV ENQUADRAMENTO DOS BENS DE CONSUMO NAS CATEGORIAS COMUM E LUXO</div><div>Art. 40. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas a Administração Municipal deverão ser de qualidade não superior à necessária para cumprir a finalidade à qual se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.</div><div>§ 1º Será considerado de luxo o artigo cujo valor de mercado seja, significativamente, superior ao valor do outro com características suficientes para cumprir a mesma finalidade.</div><div>§ 2º Excepcionalmente, será admitida a aquisição de itens de consumo com características especiais, mesmo que com valor superior a produtos similares, nos casos em que tais características sejam necessárias para o atendimento</div></div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>III - reposição;</div> <div>IV - depreciação;</div> <div>V - impacto ambiental; e</div> <div>VI - descarte ou logística reversa.</div> <div>§ 1º Poderão ser utilizados no levantamento dos custos relacionados ao ciclo de vida do objeto, dentre outros:</div> <div>I - histórico de contratos anteriores, conforme ocorrências anotadas e relatórios formalmente produzidos;</div> <div>II - séries estatísticas disponibilizadas por instituição pública ou privada, com competência técnica compatível;</div> <div>III - publicações especializadas; e</div> <div>IV - trabalhos técnicos e acadêmicos.</div> <div>§ 2º Nos processos de contratação, que considerarem o custo do ciclo de vida do objeto após a sua entrega, deverá ser utilizado, preferencialmente, o regime de contratação de fornecimento e prestação de serviços associado, de forma a parâmetros ofertados na proposta para o custo do ciclo de vida sejam executados pelo contratado.</div> <div><div>CAPÍTULO VIII CONTRATAÇÕES DE SOFTWARE DE USO DISSEMINADO</div><div>Art. 50. A gestão estratégica das contratações de software de uso disseminado na Administração Municipal deverá considerar aspectos como:</div><div>I - adaptabilidade;</div><div>II - reputação;</div><div>III - suporte;</div><div>IV - confiabilidade;</div><div>V - praticidade;</div><div>VI - popularização;</div><div>VII - treinamento; e</div></div>
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias; e</div> <div>IV - apresentar ao setor privado as pretensões contratuais da Administração Municipal para o próximo exercício, para estimular a maior participação de fornecedores nos processos de contratação.</div> <div>Art. 15. O Plano de Contratações Anual será elaborado em duas fases, a primeira para fins orçamentários, e a segunda para organização do calendário de licitações e divulgação no sítio eletrônico oficial.</div> <div>§ 1º A primeira fase será desenvolvida juntamente com a elaboração da proposta orçamentária disponibilizada pela Secretária de Finanças e Planejamento.</div> <div>§ 2º Quando do encaminhamento da proposta orçamentária para a Secretária de Finanças e Planejamento dada órgão deverá indicar, em formulário próprio a ser disponibilizado, os objetos que pretende contratar no exercício seguinte, informando:</div> <div>I - o item a ser contratado;</div> <div>II - a unidade de fornecimento do item;</div> <div>III - a quantidade a ser adquirida ou contratada;</div> <div>IV - a estimativa preliminar do valor;</div> <div>V - a classificação da prioridade de contratação entre baixa, média e alta, considerando a necessidade a ser suprida;</div> <div>VI - a data desejada para a contratação; e</div> <div>VII - a existência de vinculação ou dependência de contratação de outro item para sua execução, visando determinar a sequência em que os respectivos processos de contratação serão realizados.</div> <div>§ 3º Os demandantes utilizarão, preferencialmente, os dados do Catálogo Eletrônico de Padronização do Município ou do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal.</div> <div>§ 4º Desde que justificado, as demandas cuja natureza não permitir quantificação com exatidão, poderão ser descritas de forma estimativa, quando da elaboração do Plano de Contratações Anual.</div> <div>§ 5º A segunda fase do Plano de Contratações Anual será realizada pela Secretária Municipal de Compras, que concentrará, sempre que possível, as demandas por objetos de mesma natureza, de forma a reduzir custos, unificar e organizar os processos de contratação ao longo do exercício, em formato de calendário anual.</div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>III - a definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.</div> <div>§ 1º Nas contratações emergenciais e nas contratações com valores inferiores a metade limites de dispensa de licitação, previsto nos incisos I e II do caput do art. 75 da Lei 14.133/2021, conforme o caso, não será exigida a elaboração de estudo técnico preliminar e matriz de alocação de riscos, desde que verificado a simplicidade da contratação e nos casos de contratações recorrentes.</div> <div>§ 2º A observância das soluções já utilizadas anteriormente pela Administração Municipal e por outras administrações não impedirá a adoção de solução inovadora, caso seja a que melhor resolva o problema detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares.</div> <div>Art. 24. O início da fase preparatória dos processos de contratação será autorizado pelo Secretário da pasta.</div> <div>Art. 25. Todos os processos de contratação serão publicados no Diário Oficial e nos portais obrigatórios.</div> <div><div>CAPÍTULO III PESQUISA DE PREÇOS E DEFINIÇÃO DE VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO Seção I Conceito de valor máximo da contratação</div><div>Art. 26. O valor máximo da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto e, sempre que possível, a realidade do mercado local e/ou regional.</div><div>Art. 27. Adotar-se-á, para a obtenção do preço estimado, cálculo que incidirá sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.</div><div>§ 1º A partir dos preços obtidos a partir dos parâmetros de que trata o § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o valor estimado poderá ser, a critério da Administração, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, podendo ainda ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.</div><div>§ 2º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.</div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>VIII - frustradas as possibilidades anteriores, deverá ser usada, para determinação do preço máximo, a mediana das referências obtidas; e</div> <div>IX - na planilha de formação de preços constarão as marcas dos objetos dos preços de referência e, obrigatoriamente, a data de validade das referências de preços previstas nos incisos V e VI do caput do art. 28.</div> <div>Parágrafo único. A inviabilidade de cumprimento das regras dispostas acima deverá ser justificada, com demonstração das pesquisas que foram realizadas e o porquê da inviabilidade de cumprimento no caso concreto, vedada a justificativa genérica.</div> <div>Art. 30. Nas contratações diretas por dispensa de licitação não será necessária pesquisa prévia de preços, desde que sejam obtidas, ao menos, 03 (três) propostas na etapa competitiva.</div> <div>§ 1º Obrigatoriamente, as propostas deverão atender aos requisitos da contratação e conter razão social, CNPJ, valor, data e validade da proposta, telefone, endereço e nome do representante legal da empresa.</div> <div>§ 2º Na planilha de formação de preços deverão ser inseridos os valores de todas as propostas que atendam aos requisitos do § 1º deste artigo, devendo ser desconsiderados os valores não correspondentes à proposta vencedora.</div> <div>§ 3º Quando a Administração não obter pelo menos 03 (três) propostas na etapa competitiva, será necessário apresentar justificativa fundamentada, bem como comprovar que o valor a ser contratado trata-se de preço de mercado, apresentando, ao menos, 03 (três) referências de preços, nos termos do art. 28 deste Decreto.</div> <div>§ 4º Quando não for possível comprovar o preço por meio do disposto no § 3º deste artigo, a comprovação poderá se dar por meio da apresentação de notas fiscais emitidas pela empresa ou contratos celebrados pelo contratado junto a terceiros, assim como documentos hábeis emitidos em substituição ao contrato no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração.</div> <div>§ 5º Caso a proposta vencedora não contenha assinatura do representante legal ou procurador habilitado, ou possua data de validade vencida, será solicitada a reencaminhamento da proposta devidamente sanada, previamente à homologação do processo.</div> <div>Art. 30. Nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, salvo fundada impossibilidade, a comprovação do preço se dará por meio da apresentação de, ao menos, 03 (três) notas fiscais emitidas ou contratos celebrados pelo fornecedor junto a terceiros, assim como documentos hábeis emitidos em substituição ao contrato, no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração Municipal.</div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>do interesse público primário e desde que justificadas na fase preparatória do processo de contratação.</div> <div>§3º Para a verificação descrita no §1º além do preço do objeto deve também ser analisada a qualidade do item, o ciclo de vida do produto, condições de durabilidade, e outras características que demonstrem a qualidade geral do objeto adquirido.</div> <div>§4º Após a análise dos §1º e §3º deverá ser analisado se as características do objeto que ultrapassam o necessário para a execução de suas finalidades principais, observando os seguintes elementos:</div> <div>I - Se o valor do produto é agregado unicamente em razão de marca ou fabricante, existindo, no mercado, produtos de qualidade semelhantes e com valores mais vantajosos no mercado.</div> <div>II - Características visuais, sonoras ou de produção desnecessárias.</div> <div>III - Existência de obrigação de aquisição de acessórios não observados em outros produtos de mercado.</div> <div>IV - Aquisição de produtos com características bastante superiores ao necessário para execução de sua finalidade.</div> <div><div>CAPÍTULO V PROGRAMA DE INTEGRIDADE DE FORNECEDORES NAS CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO</div><div>Art. 41. Para os fins deste Decreto, o programa de integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade, controle e auditoria, com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Municipal.</div><div>Parágrafo único. Estão incluídos no conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade o incentivo à denúncia de irregularidade, a instituição e a aplicação do código de ética e de conduta e a aplicação e disseminação das boas práticas corporativas.</div><div>Art. 42. Nas contratações de obra, serviço e fornecimento superiores a 200 (duzentas) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com previsão obrigatória do edital, o contratado deverá comprovar a existência de programa de integridade em até 6 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.</div><div>Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput deste artigo caracterizará inexecução parcial do contrato e implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.</div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>VIII - relação custo-benefício.</div> <div>Art. 51. A contratação de licenças deverá ser alinhada às reais necessidades da Administração Municipal, com vistas a evitar gastos com produtos não utilizados.</div> <div>Parágrafo único. Nos casos de desenvolvimento de softwares para utilização pela Administração Municipal, a especificação do edital deverá prever a obrigação de cessão, no todo ou em parte, dos direitos autorais e de todas as condições necessárias para manutenção do software pela Administração Municipal ou por terceiros.</div> <div>IV - credenciar os interessados;</div> <div>II - receber, analisar e responder as impugnações ao edital e submeter sua resposta à ratificação do Secretário Municipal de Compras;</div> <div>III - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;</div> <div>V - receber e examinar a declaração dos licitantes quanto à regularidade das condições de habilitação;</div> <div>VI - verificar a conformidade da proposta e da documentação em relação aos requisitos estabelecidos no edital;</div> <div>VII - coordenar a sessão pública e o envio de propostas e lances;</div> <div>VIII - conduzir a etapa competitiva;</div> <div>IX - classificar os proponentes depois de encerrada a etapa competitiva;</div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div><div>TÍTULO III FASE DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR CAPÍTULO I ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS Seção I Agente de contratação, pregoeiro e comissão de contratação</div><div>Art. 52. O agente de contratação, o pregoeiro e os membros da comissão de contratação serão agentes públicos do município de Boa Esperança, designados pelo Prefeito Municipal.</div><div>Art. 53. A atuação do pregoeiro, em licitações na modalidade pregão, e do agente de contratação e da comissão de contratação, em licitações nas demais modalidades, inclui, dentre outras, as seguintes atribuições:</div><div>I - receber, analisar e responder os pedidos de esclarecimentos;</div><div>II - receber, analisar e responder as impugnações ao edital e submeter sua resposta à ratificação do Secretário Municipal de Compras;</div><div>III - iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;</div><div>IV - credenciar os interessados;</div><div>V - receber e examinar a declaração dos licitantes quanto à regularidade das condições de habilitação;</div><div>VI - verificar a conformidade da proposta e da documentação em relação aos requisitos estabelecidos no edital;</div><div>VII - coordenar a sessão pública e o envio de propostas e lances;</div><div>VIII - conduzir a etapa competitiva;</div><div>IX - classificar os proponentes depois de encerrada a etapa competitiva;</div></div>
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>Art. 16. O Plano de Contratações Anual apresentará linguagem e formato que facilitem sua compreensão pelo mercado fornecedor e será divulgado no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo da divulgação por outros meios.</div> <div>§ 1º O Plano de Contratações Anual, após sua conclusão, será divulgado no Município de Boa Esperança, bem como aos consórcios dos quais o município faça parte, com convite para a realização de licitações compartilhadas.</div> <div>§ 2º Durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual somente poderá ser alterado no caso de contratações emergenciais, diretas, excepcionais de emergência, calamitárias, transiências voluntárias, operações de crédito, Superavt financeiro e excesso de arrecadação.</div> <div>§ 3º Alterações do Plano de Contratações Anual por motivos distintos do previsto no § 2º deverão ser justificados pela demandante e dependerão de autorização conjunta da Secretária de Compras e da Secretária de Finanças e Planejamento.</div> <div>Art. 17. Para fins da estimativa preliminar de valor, poderá ser adotada metodologia simplificada, com a consulta de um único preço ou do último preço praticado pela Administração Municipal, atualizado.</div> <div>Art. 18. Para a elaboração do Plano de Contratações Anual serão adotados os seguintes prazos:</div> <div>I - os demandantes encaminharão todas as contratações pretendidas até o dia 30 de junho à Secretaria Municipal de Compras;</div> <div>II - os demandantes poderão solicitar alterações na primeira versão do Plano de Contratações Anual até o dia 31 de setembro;</div> <div>III - a Secretaria Municipal de Compras publicará o Plano de Contratações Anual até o dia 31 de dezembro.</div> <div><div>Seção VI Centralização das contratações e execução do processo administrativo</div><div>Art. 19. As contratações da Administração Municipal serão centralizadas na Secretária Municipal Compras, que realizará os procedimentos necessários à execução dos processos de contratação.</div><div>§ 1º As fases preparatórias dos processos de contratação de objetos de uso geral de toda a Administração Municipal serão executadas pela Secretária Municipal de Compras, podendo haver delegação desta competência em situações específicas.</div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>§ 3º A desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, será acompanhada da devida motivação.</div> <div>§ 4º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos.</div> <div><div>Seção II Bens e serviços em geral</div><div>Art. 28. As pesquisas de preços dos processos licitatórios serão realizadas mediante aplicação das seguintes referências e parâmetros, combinados ou não:</div><div>I - obrigatoriamente, quando existente, o preço praticado em contratações da própria Administração Municipal, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame, ou desde o último reajuste, repactuação ou reequilíbrio, até a data da pesquisa de preços;</div><div>II - obrigatoriamente, quando existente, o preço constante do Banco de Preços em Saúde (BPS), como referência de preços de medicamentos e produtos para saúde, observados as quantidades adquiridas e a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da compra até a data da pesquisa de preços;</div><div>III - a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;</div><div>IV - os preços praticados em contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, incluso o sistema de registro de preço, e observada a correção do valor pelo IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data da homologação do certame até a data da pesquisa de preços;</div><div>V - os dados de pesquisa publicada em mídia especializada, da tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo de qualquer ente federativo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso, e que não tenham sido obtidos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;</div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>§ 1º Nas contratações por inexigibilidade, para participação em cursos ou capacitações, poderão ser utilizados, para comprovação de preço, materiais informativos do organizador do curso, disponíveis publicamente, como folder, página na internet ou outros meios, sem prejuízo da tentativa de negociação do valor, quando houver participação de mais de um servidor municipal.</div> <div>§ 2º Nas contratações de que trata o caput deste artigo, deverá ser apresentada proposta comercial nos termos do art. 30, § 1º, deste Decreto.</div> <div>§3º As disposições previstas no caput podem ser dispensadas se demonstrado em mediante outros documentos ou fundamentação adequada a viabilidade e média do preço a ser contratado por outros meios.</div> <div><div>Seção III Obras e serviços de engenharia</div><div>Art. 31. No processo de contratação de obras e serviço de engenharia, o valor máximo da contratação será definido por insumo ou serviços de engenharia, o valor máximo da contratação será definido por insumo ou serviço da planilha de composição de custos, sendo acrescido o percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Encargos Sociais cabíveis pelo custo correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura e de transportes, ou o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia.</div><div>§ 1º Os valores dos insumos e serviços que não estiverem disponíveis nas tabelas Sinapi ou Sicro poderão ser obtidos pelos seguintes parâmetros, nesta ordem:</div><div>I - dados de outras tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal, estadual, distrital ou municipal;</div><div>II - dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou me sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;</div><div>III - preços de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada ao índice de atualização de preços correspondentes;</div><div>IV - preços obtidos em pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou por outro índice que venha substituí-lo, desde a data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços; e</div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>Art. 43. A comprovação da existência do programa de integridade será realizada mediante declaração formal do contratado e compromisso de sua manutenção até o término do contrato.</div> <div>§ 1º Serão considerados programas de integridade implantados os que preencherem, no mínimo, os seguintes critérios:</div> <div>I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a todos os empregados, administradores e dirigentes;</div> <div>II - capacitação, no mínimo anual, para pelo menos 20% (vinte por cento) dos empregados da empresa, sobre temas relacionados ao programa de integridade;</div> <div>III - mecanismos voltados para a prevenção de fraudes e atos ilícitos nos processos de contratação ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros;</div> <div>IV - sanções, prazos e procedimentos para apuração de irregularidades; e</div> <div>V - canais de denúncia de irregularidades, acessíveis e divulgados a empregados, fornecedores e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé.</div> <div>§ 2º A Administração Municipal poderá realizar diligência para confirmar a veracidade da declaração de existência de programa de integridade implantado.</div> <div><div>CAPÍTULO VI COTAS E PREFERÊNCIAS</div><div><div>Seção I Exigência de percentual de mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica</div><div>Art. 44. Nas contratações de obras e serviços de engenharia com valor superior a 200 (duzentas) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, nas contratações de serviço terceorizado, com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com valor superior a 100 (cem) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá exigir que até 2% (dois por cento) da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por mulheres vítimas de violência doméstica.</div><div>§ 1º Para os fins deste Decreto, serão consideradas mulheres vítimas de violência doméstica aquelas que assim se declararem.</div></div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>X - negociar para obtenção de maior vantagem;</div> <div>XI - verificar e julgar as condições de habilitação;</div> <div>XII - sanear erros ou falhas;</div> <div>XIII - indicar o vencedor do certame;</div> <div>XIV - receber recursos e pedidos de reconsideração e analisar sua admissibilidade;</div> <div>XV - reconhecer seus atos diante da interposição de recurso ou pedido de reconsideração, ou encaminhar para decisão do Secretário Municipal de Compras;</div> <div>XVI - elaborar a ata da sessão da licitação;</div> <div>XVII - encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, para homologação e adjudicação; e</div> <div>XVIII - propor a revogação ou a anulação da licitação, quando for o caso.</div> <div>Art. 45. O agente de contratação, o pregoeiro e a comissão de contratação contarão com o apoio e o auxílio dos agentes da fase preparatória, da Procuradoria-Geral e do Controle Interno para o desempenho das suas atribuições.</div> <div>Art. 56. A comissão de contratação atuará em licitações que envolvam bens ou serviços especiais e será formada por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos designados pelo Secretário Municipal Compras ou pelo Prefeito Municipal, admitidos à contratação de profissionais para assessoramento técnico.</div> <div>§ 1º A comissão de contratação será presidida por um agente público do município de Boa Esperança.</div> <div>§ 2º Os membros da comissão de contratação responderão, solidariamente, por todos os atos praticados pela comissão, exceto aquele que expressar posição individual divergente, fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.</div> <div>Art. 57. Não é atribuição do pregoeiro ou da comissão de contratação a condução de processos de contratação direta.</div> <div><div>Seção II</div></div>

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div><div>Seção II</div></div>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>§ 2º As fases preparatórias dos processos de contratações de objetos de uso específico serão executadas no âmbito dos órgãos e entidades demandantes.</div> <div>§ 3º O Secretário Municipal de Compras poderá avocar a competência sobre a fase preparatória dos processos de contratação do objeto de uso específico, sem prejuízo da competência de outros agentes públicos sobre as demais fases e do pedido de informações e auxílio aos demandantes.</div> <div>Art. 20. Para o início do processo de contratação será necessária solicitação que indique, no mínimo, o problema a ser resolvida a solução já utilizada anteriormente pela Administração Municipal, se for o caso, e o prazo para início e conclusão da execução do serviço ou fornecimento.</div> <div>Parágrafo único. A partir da solicitação, o processo de contratação será executado observando as seguintes fases:</div> <div>I - fase preparatória: objetiva caracterizar o problema a ser resolvido, identificar o mercado a melhor solução disponível e viável técnica e economicamente, definir o procedimento e as condições de contratação, gerenciar riscos e produzir as minutas dos documentos necessários ao processo de contratação;</div> <div>II - fase de seleção de fornecedor: corresponde à etapa de avaliação da proposta e das condições de habilitação dos proponentes, a fim de selecionar o fornecedor a ser contratado; e</div> <div>III - fase de gestão e fiscalização do contrato: corresponde à execução sistemática de procedimentos que visem o adimplimento contratual, por meio de ferramentas disponibilizadas pelo município de Boa Esperança, inclusive mediante uso de recursos de tecnologia da informação.</div> <div><div>TÍTULO I FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO CAPÍTULO I ATUAÇÃO DE AGENTES DA FASE PREPARATÓRIA</div><div>Art. 21. Serão considerados agentes da fase preparatória do processo de contratação todos aqueles que desempenharem atividades relacionadas à elaboração dos documentos que a integram.</div><div>§ 1º O estudo técnico preliminar, o anteprojeto básico ou termo de referência e os seus respectivos anexos serão elaborados por agente público ou equipe de agentes públicos lotados no órgão ou entidade demandante ou na Secretaria Municipal de Compras, conforme o caso.</div><div>§ 2º Será admitida a contratação de terceiros para auxiliar na fase preparatória.</div><div><div>CAPÍTULO II DOCUMENTOS E ATIVIDADES DA FASE PREPARATÓRIA</div></div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>VI - os preços obtidos em pesquisa direta com fornecedores, mediante pedido formal de cotação por meio telefônico, presencial, e-mail, ou outro meio hábil, com prazo máximo de 06 (seis) meses entre a cotação e a data de divulgação do edital; ou</div> <div>VII - preços obtidos em pesquisa na base nacional ou regional de notas fiscais eletrônicas, no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do valor pelo IPCA ou do outro índice que venha substituí-lo, desde data da emissão da nota até a data da pesquisa de preços.</div> <div>§ 1º A pesquisa de preços deverá contemplar ao menos uma referência relativa aos incisos I, II ou III do caput deste artigo, sendo que eventual impossibilidade de obtenção de quaisquer parâmetros deverá ser registrada no processo.</div> <div>§ 2º Quando for coletado orçamento com fornecedor que tenha preço vigente junto ao Município, deverá ser adotado o menor valor, sendo dispensada a necessidade de justificativa da não utilização do preço vigente quando superior ao do orçamento.</div> <div>§ 3º Para a utilização do Banco de Preços em Saúde:</div> <div>I - deverão ser priorizados os preços de compras praticadas no Estado do Paraná;</div> <div>II - não havendo histórico de pesquisa do item no período selecionado, a pesquisa poderá ser ampliada para os demais Estados;</div> <div>III - serão utilizados os preços obtidos de compras realizadas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;</div> <div>IV - se for obtida mais de uma referência no BPS, oriunda de cidades e contratações distintas, tais valores poderão ser utilizados como referências de preços, fazendo-se constar a data da contratação ou licitação, o fornecedor e a cidade correspondente.</div> <div>V - se utilizada a média ponderada será vedada a utilização de compras individuais já contempladas na média ponderada.</div> <div>§ 4º Quando forem utilizadas referências de preços de sítios eletrônicos da internet, essas referências deverão conter, além do previsto no inciso V do caput deste artigo, o CNPJ e o endereço eletrônico consultado, sendo vedada a utilização de preços promocionais, com descontos condicionais ou com acréscimos em virtude de parcelamento.</div> <div>§ 5º Na pesquisa direta com fornecedores:</div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>V - preços obtidos em pesquisa direta com, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sendo necessário justificativa caso não se alcancem 03 (três) cotações.</div> <div>§ 2º Em decorrência do Convênio firmado ou de obrigação definida pelo órgão repassador dos recursos, poderão ser utilizadas outras tabelas oficiais.</div> <div>Art. 32. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, sob os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, o valor máximo da contratação será calculado nos termos do caput deste artigo, acrescido ou não de parcela referente à remuneração do risco, e, sempre que necessário e o anteprojeto permitir, a estimativa de preço será baseada em orçamento sintético, nos termos do art. 31 deste Decreto, devendo a utilização de metodologia expedida ou paramétrica e de avaliação aproximada, baseada em outras contratações similares, ser reservadas às frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto.</div> <div>Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, será exigido dos licitantes ou contratado, no caso de orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético referido no dispositivo.</div> <div><div>Seção IV Processos de aditivos contratuais</div><div>Art. 33. As alterações contratuais ensejarão análise da adequação econômica, devendo ser comprovada a compatibilidade dos valores unitários e global com os preços praticados pelo mercado.</div><div>Art. 34. Nos contratos de fornecimento e serviços, deverão ser apresentadas, ao menos, 03 (três) referências de preços, conforme estabelecido no art. 28 deste Decreto.</div><div>§ 1º Nos casos em que for relevante a consideração da marca do produto para a demonstração da vantagemidade, a pesquisa de preço deverá, preferencialmente, considerar a marca a ser contratada.</div><div>§ 2º Em qualquer caso, para análise da vantagemidade econômica serão descartados os preços que destoarem ao menos duas referências dentro da margem de 30 (trinta por cento) da média aritmética das referências e recalculada a média aritmética.</div><div>§ 3º Caberá ao gestor do contrato avaliar, criticamente, se o valor do termo aditivo é coerente com a média aritmética das referências não descartadas, bem como negociar melhores condições, quando entender necessário.</div><div>Art. 35. No caso de obras e serviços, os preços unitários, eventualmente não contemplados no contrato, serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e do orçamento-base da Administração</div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>§ 2º Para os fins de enquadramento na categoria de vítima vítima de violência doméstica, será considerado o gênero declarado da vítima.</div> <div>§ 3º A identidade das colaboradoras será mantida em sigilo pelo contratado e pela Administração, vedado qualquer tipo de discriminação laboral.</div> <div>§ 4º Para análise do cabimento da exigência da cota, será considerado como valor da contratação, no caso de prestação de serviços contínuos, o valor global correspondente a 1 (um) ano de execução.</div> <div>Art. 45. Na definição da quantidade mínima de profissionais, necessária para atender à exigência de cota, serão desprezadas as casas decimais.</div> <div>Art. 46. A cota para mulheres vítimas de violência doméstica poderá deixar de ser exigida, mediante justificativa na fase preparatória do processo de contratação.</div> <div><div>Seção II Fixação da margem de preferência para aquisição de bens constituídos de material reciclado, reciclável ou biodegradável</div><div>Art. 47</div></div>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 1º Serão assinados pelos agentes descritos no <i>caput</i> os contratos e instrumentos substitutivos, oriundos das atas de registro de preços já assinadas pelo Prefeito Municipal.</p> <p>§ 2º A designação de fiscais gestores, prevista no inciso VII do <i>caput</i> deste artigo, para os objetos de uso específicos de outro órgão ou entidade demandante, será realizada por sua autoridade máxima.</p> <div>CAPÍTULO II CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO Seção I Licitações eletrônicas</div> <p>Art. 60. As licitações realizadas pela Administração Municipal deverão ser processadas, preferencialmente, na forma eletrônica, ressalvadas aquelas que visem ao incentivo, à promoção e ao desenvolvimento local e regional, que poderão ser realizadas na forma presencial com uso de videoconferência.</p> <p>Art. 61. Para realizar licitações eletrônicas, a Administração Municipal utilizará, preferencialmente, a ferramenta informatizada integrante do sistema de compras do Governo Federal.</p> <p>§ 1º O ato praticado em decorrência de regras próprias do sistema eletrônico adotado, que não possam ser configuradas de forma distinta, será considerado válido e não implicará em responsabilização dos agentes públicos, ainda que incompatível com as normas desse Decreto.</p> <p>§ 2º No caso de o sistema eletrônico desenvolvido pela Administração Municipal deverão ser observadas, integralmente, as regras previstas neste Decreto.</p> <div>Seção II Contrato na forma eletrônica</div> <p>Art. 62. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.</p> <p>Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por de uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei N.º 14.063, de 23 de setembro de 2020.</p> <div>Seção III Dispensas eletrônicas</div>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 63. A Administração Municipal poderá realizar dispensa eletrônica, utilizando, preferencialmente, a ferramenta informatizada integrante do sistema de compras do Governo Federal.</p> <div>Seção IV Licitações presenciais, com uso de videoconferência</div> <p>Art. 64. Nas licitações presenciais, também será disponibilizado o acesso pelo sistema de videoconferência, cabendo ao município de Boa Esperança garantir as condições adequadas para a transmissão e a participação dos interessados.</p> <p>Parágrafo único. A participação em sessão pública de licitação transmitida por videoconferência implica na cessão dos direitos de imagem, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.</p> <p>Art. 65. É de responsabilidade dos licitantes, que desejarem participar de licitação por meio do sistema de videoconferência, providenciarem os equipamentos e a conexão de internet adequada e suficiente para acompanhamento das licitações neste formato.</p> <p>Parágrafo único. O terceiro interessado em acompanhar a licitação por meio do sistema de videoconferência deverá atender aos mesmos requisitos de conectividade, sendo sua participação admitida como mero espectador.</p> <p>Art. 66. Os interessados deverão, obrigatoriamente, apresentar seus envelopes contendo os documentos de credenciamento, propostas de preço e documentos de habilitação, até o horário limite estabelecido no edital para recebimento.</p> <p>Parágrafo único. Os envelopes poderão ser entregues:</p> <p>I - diretamente, mediante protocolo, na Secretaria de Compras, com indicação de que contém documentação e proposta para participação de licitação, bem como o número da licitação, a data e o horário da sessão; ou</p> <p>II - por envio postal ou outro meio similar, endereçado à Secretaria de Compras, com indicação de que se trata a documentação e proposta para participação de licitação, bem como o número da licitação, a data e o horário da sessão.</p> <p>Art. 67. O não comparecimento do licitante, presencialmente ou por videoconferência, no dia e horário previstos no edital para abertura da sessão não inviabiliza sua participação na licitação, independentemente da modalidade ou modo de disputa, desde que tenha entregado os envelopes regularmente.</p> <p>Parágrafo único. O licitante que não comparecer à sessão participará na condição de não credenciado e perderá o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 68. Para o uso do sistema de videoconferência, serão observadas as seguintes regras:</p> <p>I - a abertura da sala virtual ocorrerá 15 (quinze) minutos antes da hora estipulada no edital para início da sessão, para que cada interessado acesse a sala de videoconferência;</p> <p>II - os interessados em realizar o credenciamento deverão observar o prazo de ingresso na plataforma, especificamente indicado no edital para esta finalidade;</p> <p>III - as sessões públicas serão gravadas e disponibilizadas posteriormente a qualquer interessado, mediante acesso ao site eletrônico onde estiverem armazenadas;</p> <p>IV - o edital indicará o canal por meio do qual deverão ser reportados eventuais problemas de acesso à sala de videoconferência;</p> <p>V - caso o licitante, que estiver participando por videoconferência, seja convocado a manifestar-se e apresentar problemas de conexão, será concedido o prazo de 05 (cinco) minutos para que ele retorne à sala virtual e atenda a convocação, registrando-se em ata o ocorrido;</p> <p>VI - problemas de conexão não inviabilizam a aceitação de propostas;</p> <p>VII - em caso de problema de conexão durante a fase de lances, se o licitante não conseguir retornar à sala virtual, será considerado o seu último lance ofertado;</p> <p>VIII - caso o problema de conexão se dê com o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação ou com o sistema em que é realizada a licitação, os licitantes deverão permanecer disponíveis por 15 (quinze) minutos, após o qual será considerada suspensa a sessão até posterior convocação; e</p> <p>IX - a interação entre o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, a equipe de apoio e os licitantes que participarem da licitação por meio do sistema de videoconferência ocorrerá, exclusivamente, por meio dos recursos de áudio, vídeo e texto disponibilizados pela plataforma, e será compartilhada em tempo real com os licitantes que participarem presencialmente.</p> <p>Parágrafo único. Os envelopes apresentados pelos licitantes serão abertos somente após iniciada a sessão, cada qual no seu momento oportuno, e serão digitalizados e disponibilizados à consulta pública, no site eletrônico oficial.</p> <div>CAPÍTULO III ANÁLISE DE DESEMPENHO NAS LICITAÇÕES DO TIPO MELHOR TÉCNICAS E TÉCNICA E PREÇO</div>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 69. A metodologia para a pontuação técnica do desempenho do licitante em contratações anteriores será disciplinada em edital, considerando os objetivos e resultados pretendidos com a contratação.</p> <p>§ 1º Serão admitidas para a pontuação técnica as avaliações de desempenho que se referirem a contratações similares, nas parcelas indicadas pelo edital como de maior relevância para a execução.</p> <p>§ 2º Somente serão admitidas para a pontuação técnica as avaliações de desempenho com notas que indiquem nível de satisfação do órgão ou entidade avaliadora igual ou superior a 80% (oitenta por cento).</p> <p>§ 3º A utilização do desempenho préferido na pontuação técnica deverá estar objetivamente quantificada no edital, limitada a 5% (cinco por cento) do total da pontuação técnica.</p> <p>§ 4º A análise de desempenho, para fins da pontuação técnica, em licitações com critério de julgamento de melhor técnica e técnica e preço, está condicionada à implantação e à regulamentação do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações no Portal Nacional de Contratações Públicas.</p> <div>CAPÍTULO IV NEGOCIAÇÃO DE CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</div> <p>Art. 70. Definido o resultado do julgamento, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso convocará o licitante melhor classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundaram a elaboração do edital e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.</p> <p>§ 1º É vedada a negociação em condições diversas daquelas estabelecidas no edital.</p> <p>§ 2º A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, de forma presencial ou por meio de sistema de videoconferência, e deverá ser transparente, de fácil acesso ao público e ter suas condições consignadas em ata.</p> <p>Art. 71. Frustrada a negociação com o licitante melhor classificado, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, fixará um valor admissível para a negociação e convocará os licitantes, inclusive o melhor classificado, para se manifestarem quanto à aceitação do valor fixado.</p> <p>§ 1º O valor admissível para a negociação deverá ser igual ou inferior ao valor máximo da contratação.</p>
<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º Caso mais de um licitante aceite o valor admissível para a negociação, deverá ser observada a ordem de classificação anterior à negociação.</p> <p>§ 3º Não havendo licitante que aceite o valor admissível para a negociação, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação poderá fixar novo valor admissível para negociação e realizar nova rodada de negociação.</p> <p>§ 4º Poderão ser realizadas quantas rodadas de negociação forem convenientes, a critério do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.</p> <p>§ 6º Será declarada fracassada a licitação que não resultar em negociação satisfatória, salvo se demonstradas a conveniência e a oportunidade na adjudicação pelo menor preço obtido.</p> <p>Art. 72. O agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação poderá, justificadamente, desclassificar, após a fase de negociação, as propostas que, mesmo abaixo do valor máximo da contratação, permanecerem com preços excessivos, considerando o valor de mercado, desde que justificado.</p> <div>CAPÍTULO V CRITÉRIOS DE DESEMPATE ENTRE PROPOSTAS OU LANCES Seção I Ordem dos critérios de desempate</div> <p>Art. 73. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na seguinte ordem:</p> <p>I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;</p> <p>II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes para qual deverá, preferencialmente, serem utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;</p> <p>III - desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do art. 74 deste Decreto; e</p> <p>IV - desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, nos termos do art. 75 deste Decreto.</p> <p>§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:</p> <p>I - empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;</p> <p>II - empresas brasileiras;</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país; e</p> <p>IV - empresas que comprovem a prática de ações de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.</p> <p>§ 2º As regras previstas no <i>caput</i> deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.</p> <p>§ 3º Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.</p> <div>Seção II Ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho</div> <p>Art. 74. Será considerado o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, utilizada como critério de desempate, quando o licitante adotar, no mínimo, 04 (quatro) das seguintes práticas:</p> <p>I - política de paridade salarial entre homens e mulheres no exercício da mesma função;</p> <p>II - política de paridade entre homens e mulheres na ocupação de cargos de liderança;</p> <p>III - programa para o desenvolvimento de lideranças femininas ou para assegurar que futuros líderes da empresa sejam mulheres;</p> <p>IV - auxílio-creche;</p> <p>V - estrutura física adequada para trabalhadoras gestantes e lactantes;</p> <p>VI - horários flexíveis e opções de home Office parcial ou integral para gestantes e lactantes;</p> <p>VII - canal de denúncias para o combate ao assédio;</p> <p>VIII - critérios não discriminatórios de recrutamento e seleção; e</p> <p>IX - canal para recebimento de opiniões, sugestões e demandas de ações de equidade.</p> <p>§ 1º A comprovação do desenvolvimento das ações de equidade deverá ocorrer por declaração própria do licitante, quando constatado empate, permitida diligência para comprovação das ações implementadas.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º O licitante que, na data da abertura das propostas, não possuir a quantidade mínima de práticas para ser considerado o desenvolvimento de ações afirmativas de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, poderá beneficiar-se do critério de desempate declarando o compromisso de implementar, em até 60 (sessenta) dias, o número mínimo daquelas práticas.</p> <p>§ 3º Caso a empresa não realize as práticas declaradas, no prazo de 60 (sessenta) dias, será aplicada multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, vedada a prorrogação do contrato.</p> <div>Seção III Definição de programa de integridade</div> <p>Art. 75. Para fins da aplicação do critério de desempate, será considerado implementado o programa de integridade que contiver, no mínimo, os requisitos estabelecidos no art. 43 deste Decreto.</p> <p>§ 1º O licitante que, na data da abertura das propostas, não possuir o programa de integridade executado, poderá beneficiar-se do critério de desempate declarando o compromisso de realizar, em até 60 (sessenta) dias, os requisitos necessários.</p> <p>§ 2º Caso o contratado não tenha elaborado as práticas declaradas no prazo de 60 (sessenta) dias, será aplicada multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.</p> <div>CAPÍTULO VI ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO Seção I Habilitação de licitante por processo eletrônico</div> <p>Art. 76. Será permitida, para qualquer fim, a verificação dos documentos de habilitação por meio de processo eletrônico de comunicação à distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente, sendo assegurado aos demais licitantes o acesso às informações constantes dos sistemas.</p> <p>§ 1º Todos os documentos exigidos para habilitação, que estiverem disponíveis para livre acesso pela internet, serão obtidos, diretamente, pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, bem como pela gestão ou fiscalização do contrato e da ata de registro de preços, sendo dispensado o encaminhamento desses documentos pelo licitante ou contratado.</p> <p>§ 2º Será admitida a apresentação de cópia simples de documentos, podendo a Administração Municipal diligenciar para aferir a veracidade dos documentos, sendo passível de declaração de inidoneidade a sua falsidade.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 3º Os documentos obtidos junto ao Siscat serão presumidos verdadeiros, sendo aplicada declaração de inidoneidade aos licitantes que inserirem documentos falsos no sistema.</p> <p>§ 4º Caso o sistema de acesso pela internet para a emissão de documento estiver indisponível, deverá ser realizado novos acessos ou diligência para obtenção do documento.</p> <p>§ 5º Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.</p> <p>§ 6º Serão consideradas válidas todas as certidões tributárias que estejam com data de validade dentro do prazo, desde que seja possível verificar a autenticidade da certidão.</p> <div>Seção II Admissibilidade de provas alternativas para demonstração da qualificação técnica</div> <p>Art. 77. Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, nas exigências a que se referem os incisos I e II do <i>caput</i> do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, a critério da Administração Municipal, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução do objeto de características semelhantes.</p> <p>§ 1º A admissibilidade de provas alternativas da qualificação técnica deverá ser avaliada na fase preparatória da contratação e os documentos admitidos deverão constar no edital, observadas as peculiaridades do objeto licitado.</p> <p>§ 2º Poderão ser admitidos como prova de capacidade técnica os documentos que comprovem a execução de objeto semelhante, em decorrência de contrato com pessoa jurídica de direito público ou privado.</p> <p>§ 3º Poderão ser admitidos como prova de capacidade técnica atestados emitidos em nome de empresa que seja coligada, controlada ou controladora do licitante.</p> <p>§ 4º Serão admitidos atestados e certões que comprovem a execução dos serviços na condição de subcontratado ou de consorciado, desde que identificada à parcela executada pelo licitante.</p>
<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 5º No caso de compras, será aceita como prova de capacidade técnica a declaração emitida pelo fabricante de que o licitante possuiu condições de fornecer o objeto, acompanhada de atestado em nome de fabricante.</p> <p>§ 6º Nas contratações de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, os licitante em gestão de mão de obra.</p> <p>Art. 78. A certidão ou o registro de atestado de capacidade técnica por profissional somente serão exigidos nos processos de contratação para obras e serviços de engenharia, salvo justificativa, na fase preparatória, que demonstre a necessidade do registro.</p> <div>Seção III Inadmissibilidade de atestados de responsabilidade técnica em nome de profissionais que tenham dado causa à aplicação de sanções</div> <p>Art. 79. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, decorrente da prática ou omissão de ato profissional de sua responsabilidade, devidamente demonstrada a existência de dolo ou erro grosseiro.</p> <p>§ 2º Será admitida a apresentação de cópia simples de documentos, podendo a Administração Municipal diligenciar para aferir a veracidade dos documentos, sendo passível de declaração de inidoneidade a sua falsidade.</p> <p>§ 3º Os documentos obtidos junto ao Siscat serão presumidos verdadeiros, sendo aplicada declaração de inidoneidade aos licitantes que inserirem documentos falsos no sistema.</p> <p>§ 4º Caso o sistema de acesso pela internet para a emissão de documento estiver indisponível, deverá ser realizado novos acessos ou diligência para obtenção do documento.</p> <p>§ 5º Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado, com acesso vinculado à chave de identificação e senha do interessado, a segurança quanto à autenticidade e autoria dos documentos será presumida, sendo desnecessário o envio de documentos assinados com certificação digital.</p> <p>§ 6º Serão consideradas válidas todas as certidões tributárias que estejam com data de validade dentro do prazo, desde que seja possível verificar a autenticidade da certidão.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 80. Nos termos celebrados pela Administração Municipal, assim como na condução das atas de registro de preços, a imputação de responsabilidade ao profissional pela infração dependerá de demonstração, no processo administrativo que apurar a infração e aplicar a sanção, da ocorrência de culpa grave, erro grosseiro ou dolo, gerando o direito ao contraditório e à ampla defesa.</p> <p>Parágrafo único. O ato que aplicar a sanção deverá fazer referência expressa à imputação da infração à responsabilidade do profissional.</p> <div>Seção IV Saneamento de falhas cometidas pelos licitantes no processo de contratação</div> <p>Art. 81. Durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso deverá sanar erros ou falhas, mediante decisão fundamentada registrada em ata e acessível aos licitantes.</p> <p>§ 1º O edital deverá prever a possibilidade de inclusão de novo documento probatório de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação dos documentos ou da proposta, conforme o caso, que não tenha sido juntado, oportunamente, com os demais documentos de habilitação e/ou com a proposta, por equívoco ou falta.</p> <p>§ 2º Em atenção ao princípio da celeridade, o saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.</p> <div>CAPÍTULO VII MODALIDADES ESPECIAIS DE CONTRATAÇÃO DIRETA Seção I Procedimentos operacionais para a modalidade leilão</div> <p>Art. 82. Nas licitações realizadas na modalidade leilão, serão observados os seguintes procedimentos operacionais:</p> <p>I - realização de avaliação prévia dos bens a serem leiloados com base nos seus preços de mercado, levando-se em consideração as condições de conservação e funcionamento em que se encontram, a partir dos quais serão fixados os valores mínimos para arrematação;</p> <p>II - designação de servidor para atuar como leiloeiro, com o auxílio da equipe de apoio ou, alternativamente, contratação de leiloeiro oficial para conduzir o certame;</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>III - elaboração do edital contendo descrição dos bens, valor de avaliação, valor mínimo para lance inicial, local e prazo para visitação, condições para participação, forma e prazo para pagamento dos bens arrematados, dentre outros; e</p> <p>IV - realização da sessão pública, na qual serão recebidos os lances e, ao final, declarados os vencedores.</p> <p>§ 1º Os lances serão apresentados de forma crescente, observado o valor do lance mínimo fixado pelo edital.</p> <p>§ 2º Em caso de empate, será considerado vencedor o lance apresentado em primeiro lugar.</p> <p>§ 3º A sessão pública poderá ser encerrada em caso de desinteresse dos licitantes, caracterizado pela ausência de lances durante o período de 3 (três) minutos.</p> <p>§ 4º No caso de pessoas físicas, será exigida para a habilitação apenas documento de identificação e, para as pessoas jurídicas, o documento que comprove a sua existência jurídica.</p> <p>§ 5º No caso de comprovada inviabilidade de obtenção do preço de mercado dos bens a serem leiloados, poderá ser utilizado como valor de avaliação o seu valor contábil atualizado ou valor recuperável, adotando-se, sempre que possível, os procedimentos contábeis de impairment ou redução à valor recuperável.</p> <div>Seção II Procedimentos operacionais para a modalidade diálogo competitivo</div> <p>Art. 83. A modalidade diálogo competitivo possibilitará à Administração Municipal realizar um diálogo prévio com os licitantes qualificados, visando identificar a solução que atenderá às suas necessidades e, em seguida, selecionar a proposta mais vantajosa, por meio de uma fase competitiva.</p> <p>Art. 84. O Secretário Municipal de Compras é competente para decidir sobre a realização do diálogo competitivo, mediante justificativa da vantagem na sua utilização.</p> <p>§ 1º Para os fins da alínea "a" do inciso I do <i>caput</i> do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, considere-se inovação tecnológica ou técnica a inovação em produtos ou processos, mediante o uso de um novo conjunto de conhecimentos, procedimentos ou recursos, com a finalidade de executar uma atividade ou atingir um objetivo, podendo, por exemplo:</p> <p>I - envolver novas tecnologias ou combinar tecnologias já existentes;</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>II - derivar de uso de novo conhecimento; ou</p> <p>III - representar o aprimoramento de produtos e processos existentes.</p> <p>§ 2º As condições previstas nas alíneas "b" e "c" do inciso I do <i>caput</i> do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021 deverão ser justificadas e demonstradas por meio de estudo técnico preliminar, dispensada a justificativa das demais condições do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Art. 85. O edital de convocação será divulgado no site eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas e indicará, conforme levantamentos obtidos na fase preparatória da licitação:</p> <p>I - o prazo para interesse em participar da licitação, que deverá ser de, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias úteis;</p> <p>II - os objetivos e o tema do diálogo;</p> <p>III - os critérios para a escolha da solução;</p> <p>IV - a possibilidade de escolha de mais de uma solução, se for o caso;</p> <p>V - a possibilidade de escolha de solução contida em uma única proposta, com também a mescla entre soluções de propostas distintas, sendo tática a autorização pelos preponentes;</p> <p>VI - a cessação dos direitos autorais da solução ofertada para Administração Municipal, salvo quando o objeto envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação;</p> <p>VII - a qualificação exigida dos participantes como condição para a participação do diálogo, fixada de forma objetiva e com base em critérios técnicos;</p> <p>VIII - as diretrizes e formas de apresentação das propostas para o diálogo;</p> <p>IX - demais prazos a serem observados pelos interessados;</p> <p>X - a metodologia a ser utilizada no diálogo; e</p> <p>XI - a disciplina para interposição de impugnações e recursos, com prazo estabelecido de acordo com a complexidade da licitação de, no mínimo 05 (cinco) dias úteis.</p> <p>Art. 86. O procedimento da modalidade diálogo competitivo observará as seguintes fases, sequência:</p> <p>I - divulgação do edital de convocação;</p>
<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>II - qualificação de interessados para o diálogo;</p> <p>III - diálogo;</p> <p>IV - declaração de conclusão do diálogo;</p> <p>V - divulgação do edital da fase competitiva;</p> <p>VI - fase competitiva, com apresentação de propostas pelos interessados que participaram do diálogo e seleção da proposta mais vantajosa;</p> <p>VII - recursos; e</p> <p>VIII - adjudicação e homologação.</p> <p>Parágrafo único. A modalidade diálogo competitivo será conduzida por comissão de contratação composta por, no mínimo, 03 (três) agentes públicos do município de Boa Esperança, designados pelo Prefeito Municipal, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.</p> <p>Art. 87. Na fase de diálogo, serão realizados diálogos individuais com cada participante, em sessões gravadas em áudio e vídeo, garantido o sigilo das soluções apresentadas.</p> <p>§ 1º Quando necessário para a evolução do diálogo, e mediante autorização do representante da Secretaria Municipal de Compras, poderá revelar pontos específicos de uma determinada solução.</p> <p>§ 2º A fase de diálogo poderá subdividir em subfases, conforme critério estabelecidos em edital, possibilitando a eliminação gradativa de soluções quando necessário.</p> <p>§ 3º A fase de diálogo será encerrada pela comissão especial de contratação quando obtida um ou mais soluções que atendam às necessidades da Administração Municipal ou quando verificada a ausência de soluções suficientes.</p> <p>§ 4º Encerrada a fase de diálogo, as gravações das sessões serão juntadas ao processo de contratação, tomando-as públicas para todos os interessados.</p> <p>Art. 88. A fase competitiva será pública e o edital fixará o prazo, nos termos do art. 55 da Lei nº 14.133/2021, para apresentação de propostas pelos licitantes que participaram do diálogo, e conterá:</p> <p>I - a especificação da solução;</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>II - os prazos, as condições de execução e a forma de remuneração do licitante vencedor;</p> <p>III - a forma de apresentação das propostas na fase competitiva;</p> <p>IV - o critério de julgamento da fase competitiva; e</p> <p>V - as condições de habilitação complementares a serem demonstradas pelo licitante vencedor da fase competitiva, se necessárias.</p> <p>§ 1º Somente os licitantes que apresentarem propostas na fase de diálogo poderão participar da fase competitiva.</p> <p>§ 2º O edital da fase competitiva será divulgado pelos mesmos meios nos quais foi divulgado o edital de convocação.</p> <p>§ 3º O julgamento da fase competitiva poderá se dar pelos critérios de melhor técnica e preço.</p> <div>Seção III Condução dos processos de contratação direta</div> <p>Art. 89. Após a fase preparatória, verificado o cabimento de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação, o processo será conduzido por agente público ou comissão designada pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante e aprovada pelo Prefeito Municipal.</p> <div>Seção IV Dispensa para obras e serviços de engenharia destinada a pesquisa e desenvolvimento</div> <p>Art. 90. As obras e serviços de engenharia, para serem dispensadas de licitação, nos termos da alínea "c" do inciso IV do <i>caput</i> do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser imprescindíveis para a instalação dos equipamentos e produtos à pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Parágrafo único. Deverá estar demonstrada, no estudo técnico preliminar, necessidade das obras e serviços de engenharia para a realização da pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>Art. 91. A escolha do contratado deve buscar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitadas as formalidades necessárias à contratação direta.</p> <div>TÍTULO IV PROCEDIMENTOS AUXILIARES ÀS LICITAÇÕES CAPÍTULO I CREDECENCIAMENTO</div>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 92. O credenciamento poderá ser utilizado para formar uma rede de prestação de serviços e fornecedores, pessoas físicas ou jurídicas, nos casos em que a satisfação do interesse público estiver vinculada à possibilidade de contratação de qualquer um, de alguns ou de todos os credenciados, mediante o pagamento de valor previamente estabelecido pela Administração Municipal.</p> <p>Parágrafo único. O estabelecimento prévio do valor a ser pago pela Administração Municipal poderá, justificadamente, ser dispensado nos casos de mercados fluidos, nos quais a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de interessado por meio de processo de licitação.</p> <p>Art. 93. O edital de chamamento público para credenciamento deverá ser elaborado considerando as peculiaridades da respectiva hipótese legal de cabimento, disciplinando, conforme o caso, sobre:</p> <p>I - condições gerais de ingresso;</p> <p>II - exigências específicas de qualificação técnica;</p> <p>III - regras de contratação;</p> <p>IV - valores fixados para a remuneração ou forma de cálculo do valor a ser pago;</p> <p>V - critério para distribuição de demandas;</p> <p>VI - formalização de contratação;</p> <p>VII - recusa em contratar e sanções cativeis;</p> <p>VIII - minuta de instrumento de contrato;</p> <p>IX - modelos de declarações; e</p> <p>X - outros aspectos relevantes.</p> <p>Parágrafo único. O edital de credenciamento será mantido à disposição para acesso público no site eletrônico oficial, sendo admitido, permanentemente, o credenciamento de novos interessados.</p> <p>Art. 94. As contratações deverão ser formalizadas por meio de instrumento de contrato, que poderá ser substituído por ordem de fornecimento, nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, no caso de contratações de valor até os limites de dispensa, previstos nos incisos I ou II do <i>caput</i> do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 1º A relação dos credenciados será divulgada no site eletrônico oficial.</p> <p>§ 2º O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento mediante o envio de pedido escrito ao órgão ou entidade contratante, por meio dos canais indicados no edital, o qual surtirá efeitos a partir do protocolo do pedido.</p> <p>§ 3º O credenciado que deixar de cumprir as exigências do edital ou descumprir os contratos firmados com a Administração Municipal será descredenciado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, conforme disciplinado nos respectivos instrumentos.</p> <div>CAPÍTULO II PRÉ-QUALIFICAÇÃO</div> <p>Art. 95. A Administração Municipal poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pelo demandante.</p> <p>§ 1º A pré-qualificação de bens poderá ser utilizada por todos os órgãos e entidades municipais, independente de quem a tenha implementado.</p> <p>Art. 96. O procedimento de pré-qualificação de bens que sejam frequentemente adquiridos pela Administração Municipal ou para aqueles cujas características demandem análise que possa comprometer a celeridade do processo de contratação.</p> <p>Parágrafo único. O edital de pré-qualificação deverá informar que os processos de contratação futuros serão realizados com exclusividade para os produtos pré-qualificados, quando houver 03 (três) ou mais produtos pré-qualificados.</p> <p>Art. 97. Será considerado produto pré-qualificado o produto específico, com marca e padronização no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação, realizado pela Administração Municipal.</p> <p>Parágrafo único. Nas licitações destinadas a contratar bens pré-qualificados, qualquer interessado poderá ofertar um produto pré-qualificado independentemente de quem tenha solicitado a pré-qualificação daquele produto.</p> <p>Art. 98. O procedimento de pré-qualificação será iniciado com a convocação de interessados, por meio de edital de pré-qualificação de bens. Que indicará as especificações mínimas do objeto, as exigências para a pré-qualificação, fixadas em critérios objetivos, e o prazo para aprovação.</p> <p>§ 1º A Administração Municipal poderá admitir no edital a pré-qualificação, de ofício, de bens, inclusive com o aproveitamento de produtos que já tenham sido aprovados anteriormente pelo Município.</p>
<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º O edital de pré-qualificação deverá comunicar aos interessados que os futuros processos de contratação serão exclusivos para bens pré-qualificados.</p> <p>§ 3º A convocação para o procedimento de pré-qualificação de bens será realizada mediante divulgação do edital no Diário Oficial e no site eletrônico oficial.</p> <p>§ 4º Os produtos pré-qualificados serão divulgados no site eletrônico oficial.</p> <p>Art. 99. A Administração Municipal poderá realizar licitação restrita ao fornecimento de produtos pré-qualificados quando houver, no mínimo, 03 (três) produtos pré-qualificados.</p> <p>§ 1º Na licitação restrita aos produtos pré-qualificados, somente poderá ser ofertado o produto cujo processo de pré-qualificação estiver finalizado até a data de apresentação da proposta.</p> <p>§ 2º Caso não existam 03 (três) produtos pré-qualificados, o edital deverá oferecer a apresentação de amostras, na fase de seleção de fornecedor, para qualificação daqueles que não foram previamente qualificados.</p> <p>§ 3º Os produtos pré-qualificados por outros órgãos da Administração Pública poderão ser utilizados em processo de pré-qualificação acompanhado de relatório demonstrando a compatibilidade das exigências para a pré-qualificação e do número do processo.</p> <div>CAPÍTULO III PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO Seção I Disposições gerais</div> <p>Art. 100. Para os fins do disposto neste Decreto, considere-se:</p> <p>I - procedimento de manifestação de interesse: o procedimento a ser utilizado antes do processo de contratação para obter, de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, levantamentos, investigações, estudos ou projetos de soluções que atendam às necessidades específicas da Administração Municipal ou contribuam com questões de relevância pública; e</p> <p>II - manifestação de interesse privado: apresentação espontânea, por pessoa física ou jurídica, de propostas, projetos, levantamentos, investigações, estudos ou soluções que atendam às necessidades específicas da Administração Municipal ou contribuam com questões de relevância pública.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>Art. 101. O pedido de abertura de procedimento de manifestação de interesse será elaborado pelo órgão ou entidade demandante e encaminhada à Secretaria Municipal de Compras, devendo conter:</p> <p>I - descrição do escopo do projeto;</p> <p>II - o detalhamento das necessidades públicas a serem atendidas; e</p> <p>III - os levantamentos, investigações e estudos necessários à sua realização.</p> <div>Seção II Abertura</div> <p>Art. 102. O procedimento de manifestação de interesse será aberto mediante a publicação de edital de chamamento público no Diário Oficial e no site eletrônico, sendo facultada à Administração Municipal a publicação em outros meios.</p> <p>Art. 103. O edital de chamamento público deverá conter:</p> <p>I - escopo do procedimento e manifestação de interesse;</p> <p>II - diretrizes e premissas que orientem a apresentação dos trabalhos, pata atendimento do interesse público;</p> <p>III - prazo para apresentação do requerimento de autorização para a participação no procedimento de manifestação de interesse;</p> <p>IV - critérios para habilitação e aprovação do requerimento de autorização, para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos;</p> <p>V - prazo máximo para apresentações dos trabalhos, contado da data de publicação do termo de autorização de participação;</p> <p>VI - critérios para avaliação e seleção dos trabalhos;</p> <p>VII - valor nominal máximo para eventual ressarcimento, caso utilizado o trabalho selecionado;</p> <p>VIII - previsão de cessão dos direitos autorais da solução ofertada para a Administração Municipal, salvo quando o objeto envolver a atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação; e</p> <p>IX - informações disponíveis necessárias à realização de projetos, levantamentos, investigações e estudos, quando houver.</p> <p>Parágrafo único. O prazo para entrega dos trabalhos será de, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis, contados data de publicação do termo de autorização de</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>participação, podendo ser suspenso ou prorrogado de ofício, mediante decisão motivada ou pedido de interessado, desde que acolhido pela Administração Municipal.</p> <div>Seção III Requerimento de autorização</div> <p>Art. 104. O requerimento de autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado deverá ser endereçado à Secretaria Municipal de Compras, protocolado na forma fixada no edital de chamamento público, e deverá conter as seguintes informações:</p> <p>I - habilitação jurídica, por meio da apresentação dos documentos exigidos pelo edital;</p> <p>II - demonstração da atuação na área de domínio do projeto e de possuir expertise técnica, com a formação e o conhecimento necessários em todas as etapas dos estudos técnicos, nos termos exigido pelo edital e seus anexos;</p> <p>III - apresentação de cronograma de realização dos estudos técnicos, com fixação das datas de início e término de cada uma das etapas previstas, devendo ser observado o prazo máximo fixado no edital e seus anexos;</p> <p>IV - indicação de valor do ressarcimento pretendido, acompanhado de planilha orçamentária com a discriminação dos custos; e</p> <p>V - declaração de transferência à Administração Pública dos direitos associados aos estudos técnicos selecionados.</p> <p>Art. 105. Será facultada aos interessados a associação para apresentação de trabalhos em conjunto, que será informada juntamente com requerimento de autorização, hipótese em que deverá ser feita a indicação da empresa responsável pela comunicação com a Administração Municipal, e indicada a proporção da repartição do eventual valor devido a título de ressarcimento.</p> <p>Parágrafo único. O proponente poderá contratar terceiros para auxiliar na elaboração dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades previstas no edital de chamamento público.</p> <p>Art. 106. Aprovado o requerimento de autorização pela comissão especial de contratação, o termo de autorização será expedido e publicado, ocasião em que passará a contar o prazo para a apresentação dos estudos previstos no edital.</p> <p>§ 1º Da decisão de não autorização caberá recurso administrativo direcionado ao Secretário Municipal de Compras, que deverá julgá-lo no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de interposição.</p>	<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º O prazo para interposição do recurso é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, que se realizará mediante ciência nos autos do processo administrativo ou da publicação no Diário Oficial.</p> <p>Art. 107. A autorização para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos é pessoal e intansferível e poderá ser:</p> <p>I - cassada, em caso de descumprimento de seus termos, inclusive na hipótese de inobservância de eventual prazo para apresentação ou apresentação dos estudos;</p> <p>II - revogada, em caso de perda de interesse da Administração Municipal nos estudos e/ou desistência por parte da pessoa autorizada, que será manifestada, a qualquer tempo, por meio de comunicação escrita à comissão especial de contratação;</p> <p>III - anulada, em caso de vício no procedimento, regulado pelo instrumento de autorização, ou por outros motivos dispostos na legislação aplicável; ou</p> <p>IV - tornada sem efeitos, em caso de superveniência de dispositivo legal que, por qualquer motivo, impeça o recebimento dos estudos.</p> <p>Parágrafo único. Os casos previstos neste artigo não geram direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na elaboração dos estudos técnicos.</p> <p>Art. 108. O autorizado será comunicado da ocorrência das hipóteses previstas no item acima.</p> <div>Seção IV Recebimento dos trabalhos</div> <p>Art. 110. Os projetos, levantamentos, estudos ou soluções serão endereçados à Secretaria Municipal de Compras e protocolados na forma fixada no edital, sendo que o envio de trabalhos:</p> <p>I - não gerará direito de preferência no processo licitatório;</p> <p>II - não obrigará a Administração Municipal a realizar processo de contratação;</p> <p>III - não implicará, por si só, em direito ao ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>IV - será remunerado somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do público público.</p> <p>Parágrafo único. O proponente poderá, a qualquer tempo, desistir de apresentar os trabalhos, mediante pedido endereçado à Secretaria Municipal de Compras, assegurado o ressarcimento na hipótese de aproveitamento dos trabalhos, na proporção do que for utilizado.</p> <div>Seção V Avaliação e Seleção</div> <p>Art. 111. A avaliação e seleção dos trabalhos serão feitas por comissão especial de contratação composta por no mínimo, 03 (três) agentes públicos, designados pela Secretaria Municipal de Compras, dentre os quais, pelo menos 01 (um) integrante da Secretaria demandante e 01 (um) indicado pelo Prefeito Municipal.</p> <p>Art. 112. Avaliação e a seleção dos trabalhos serão realizadas em conformidade com os critérios definidos no edital de chamamento público.</p> <p>Art. 113. A Secretaria Municipal de Compras e a Secretaria demandante, quando for o caso, poderão solicitar informações adicionais aos trabalhos apresentados.</p> <p>Art. 114. Na fase de seleção, os trabalhos poderão ser:</p> <ul style="list-style-type: none">I - integralmente aproveitados, hipótese em que o autorizado fará jus à possível ressarcimento, observado o disposto no edital de Chamamento Público;II - parcialmente aproveitados, hipótese em que o valor do possível ressarcimento será apurado apenas em relação às informações efetivamente utilizadas em eventual processo de contratação; ouIII - totalmente rejeitados, hipótese em que, ainda que haja licitação do objeto, não haverá ressarcimento ou qualquer forma de indenização devida ao responsável pelos trabalhos. <p>§ 1º A comissão especial de contratação realizará a seleção dos trabalhos e aprovará os valores para possível ressarcimento, publicando o resultado da referida seleção no Diário Oficial e no Sítio Eletrônico Oficial.</p> <p>§ 2º Do resultado da seleção e da apuração dos valores caberá recurso administrativo ao Secretário Municipal de Compras, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir de sua publicação, sendo intimados os demais interessados para apresentarem contrarrazões em igual prazo.</p> <p>§ 3º O recurso deverá ser decidido no prazo de 15 (quinze) dias úteis.</p>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>VIII - a quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidades maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade;</p> <p>IX - a quantidade mínima para cada contratação, buscando a viabilidade econômica da entrega;</p> <p>X - que poderá ser contratada a quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação; e</p> <p>XI - as demais condições de contratação.</p> <p>Art. 124. A Ata de Registro de Preços é o documento que vincula as partes ao fornecimento nas condições previstas, devendo indicar:</p> <ul style="list-style-type: none">I - os órgãos participantes;II - os preços registrados do objeto;III - os preços registrados e os fornecedores que os ofertaram;IV - as condições da execução;V - as condições de alteração e de atualização do preço registrado;VI - o prazo de vigência e de execução do contrato se for o caso;VII - as condições de pagamento e os critérios de atualização financeira;VIII - as condições de ingresso de novos fornecedores na ata de registro de preços;IX - as regras para convocação de fornecedores;X - as regras sobre vigência da ata de registro de preços; eXI - as regras sobre o cancelamento do registro de fornecedor. <p>Art. 125. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (Um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem das preços registrados.</p> <p>§ 1º Na prorrogação da ata de registro de preços, poderão ser integrados a novo período os órgãos e entidades aderentes e seus respectivos quantitativos, bem como os órgãos que manifestarem seu interesse em participar da ata de registro de preços até a data da prorrogação, desde que haja anuência do fornecedor mais bem classificado na ata de registro de preços.</p>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>III - consolidar as informações relativas à pesquisa de preços, estimativa individual e total de consumo;</p> <p>IV - promover a adequação do objeto visando padronização e racionalização;</p> <p>V - instruir o processo de contratação, elaborando todos os documentos da fase preparatória, quando for o caso;</p> <p>VI - realizar a licitação ou a contratação direta;</p> <p>VII - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos participantes;</p> <p>VIII - autorizar ou rejeitar solicitações de novos fornecedores para o ingresso na ata de registro de preços;</p> <p>IX - cancelar o registro de fornecedor;</p> <p>X - concluir os procedimentos para atualização do preço registrado;</p> <p>XI - aplicar as sanções decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, garantida a ampla defesa e o contraditório; e</p> <p>XII - providenciar o registro, no Portal Nacional de Contratações Públicas, das sanções aplicadas.</p> <p>§ 2º Nos casos de objetos de uso específico, a instrução da fase preparatória será realizada pela Secretaria demandante.</p> <p>§ 3º As sanções referentes ao descumprimento da ata de registro de preços ou do contrato, no caso de contratação realizada por órgão participante que não seja do município de Boa Esperança serão aplicadas pelo próprio órgão participante.</p> <div>Seção VI Adesão a atas de registro de preços</div> <p>Art. 135. A Administração Municipal poderá aderir a atas de registro de preços de órgãos e entidades do próprio município de Boa Esperança, estaduais, distritais ou federais.</p> <p>§ 1º Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Boa Esperança por órgãos e entidades de outros municípios.</p> <p>§ 2º A verificação da existência de ata de registro de preços compatível com a necessidade da Administração Municipal deverá ocorrer na fase preparatória do processo de contratação.</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado à suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta ao seu pedido.</p> <p>Art. 145. Eventual atraso nos pagamento devido deverá ser previamente comunicado ao contratado, indicando motivos e perspectivas para regularização e, quando possível, a data provável do pagamento.</p> <p>Art. 146. Antes do início da execução contratual, sempre necessário, em razão da natureza e complexidade do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com objetivo de explicar pontos relevantes relacionados ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais, em especial, a entrega do objeto, amissão da nota fiscal e pagamento, aplicação de sanções, atividades de gestão e fiscalização e outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.</p> <p>Parágrafo único. A reunião, que poderá ser presencial ou videoconferência, deverá ser registrada em ata e juntada aos autos do processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, indicando-se expressamente na ata os canais de comunicação que serão utilizados rotineiramente para a comunicação entre o representante da Administração Municipal e o preposto do contratado, privilegiando-se sempre a comunicação eletrônica.</p> <div>Seção III Gestão de contrato e atas de registro de preços</div> <p>Art. 147. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:</p> <ul style="list-style-type: none">I - coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;II - manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantagem das manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;III - realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;IV - acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;V - notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;VI - ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 4º A fiscalização administrativa poderá ser realizada por amostragem, a cada mês, garantindo-se que, ao final de um ano, todos os funcionários alocados no contrato tenham sido objeto de, pelo menos, uma verificação, sendo vedado identificar previamente ao contratado acerca de quais funcionários passarão por verificação mensal.</p> <p>Art. 153. A fiscalização técnica será responsável pela fiscalização das obrigações do contratado, ligadas diretamente à execução do objeto contratual.</p> <p>Art. 154. Quando não houver risco de prejuízo à correta execução das suas atribuições, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa poderão ficar a cargo do mesmo agente público.</p> <div>Subseção III Fiscalização das obras de engenharia</div> <p>Art. 155. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições descritas no art. 150 deste Decreto, também são atribuições do fiscal:</p> <ul style="list-style-type: none">I - manter pasta atualizada, com os projetos, os alvarás, as Anotações de Responsabilidade Técnica do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou registros de Responsabilidade Técnica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo referente aos projetos arquitetônicos e complementares, aos orçamentos à fiscalização, o edital da licitação e o respectivo contrato, o cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutórios;II - assinar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;III - verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais; eIV - outras atividades compatíveis com a função. <p>Parágrafo único. O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.</p> <p>Art. 156. A Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação implantará sistema informatizado para acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo, tendo como parâmetros a eficiência na fiscalização e o custo-benefício da tecnologia a ser utilizada.</p> <p>§ 1º O sistema informatizado para acompanhamento de obras deverá trazer, de forma amigável, os seguintes dados do contrato:</p> <ul style="list-style-type: none">I - nome do contratado;


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 4º O valor apurado para ressarcimento poderá ser rejeitado pelo interessado, caso em que não serão utilizadas as informações contidas nos documentos selecionados, ficando facultado à comissão selecionar outros trabalhos dentre aqueles apresentados.</p> <p>Art. 115. Após comunicados, os proponentes dos trabalhos não selecionados terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a retirada dos documentos apresentados em formato físicos, eventualmente encaminhados, que serão descartados após o referido prazo.</p> <div>Seção VI Ressarcimento dos valores</div> <p>Art. 116. O ressarcimento será realizado pelo vencedor da licitação e seu valor deverá ser compatível com os custos de elaboração dos trabalhos selecionados, demonstrados mediante planilha orçamentária, bem como estar de acordo com o preço praticado pelo mercado em trabalhos e projetos similares.</p> <p>Parágrafo único. O ressarcimento, desde que previsto no edital de chamamento público, poderá estar condicionado à atualização ou à adequação dos levantamentos, investigações, estudos e soluções, até a abertura da licitação, em decorrência, entre outros aspectos, de:</p> <ul style="list-style-type: none">I - alteração de premissas regulatórias e de atos normativos aplicáveis;II - recomendações e determinações dos órgãos de controle; ouIII - outras alterações motivadas pelo interesse público. <div>Seção VII Manifestação de interesse privado</div> <p>Art. 117. A apresentação da manifestação de interesse privado deverá observar o seguinte procedimento:</p> <ul style="list-style-type: none">I - protocolo junto à Secretaria Municipal de Compras;II - a Secretaria Municipal de Compras solicitará, conforme o caso, ao órgão vinculado ao objeto, a emissão de parecer técnico no prazo de 30 (trinta) dias, e após, no prazo sucessivo de 60 (sessenta) dias, decidirá, motivadamente, pela aprovação ou rejeição, podendo solicitar, a qualquer tempo, informações complementares para a tomada da decisão;III - poderá ser solicitada ao preponente a adequação da proposta, bem como a juntada de informações e/ou documentos adicionais pertinentes, caso necessário;
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.</p> <p>§ 3º Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades da ata de registro de preços entre os órgãos participantes.</p> <p>§ 4º A Ata de Registro de Preços deverá ser divulgada no Sítio Eletrônico Oficial, com todas as atualizações, dispensando-se a publicação por outros meios.</p> <p>§ 6º A Secretaria Municipal de Compras deverá divulgar no Sítio Eletrônico Oficial, a cada 6 (seis) meses de vigência da ata de registro de preço, chamamento público com o objetivo de convocar novos fornecedores e possibilitar a alteração ou retirada dos preços registrados.</p> <p>Art. 126. As licitações municipais processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.</p> <p>§ 1º Em âmbito municipal, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.</p> <p>§ 2º O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor o direito subjetivo à contratação.</p> <p>Art. 127. O contrato decorrente da ata de registro de preço será regido pelas mesmas regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral.</p> <p>Parágrafo único. A substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não altera as regras aplicáveis aos contratos administrativos em geral, inclusive em relação aos acréscimos ou supressões e ao reequilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>Art. 128. Existindo ata de registro de preços vigente do Município que atenda às necessidades da Administração Municipal, somente será autorizada a contratação por outros meios diante motivo superveniente e suficiente, indicado no respectivo processo de contratação, exigida, em qualquer caso, a demonstração da vantagem econômica na contratação.</p> <p>Parágrafo único. Em caso de igualdade de condições, os signatários da ata de registro de preços terão preferência na contratação por outros meios observados à ordem de classificação entre os fornecedores.</p>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 3º Para a análise da compatibilidade da ata de registro de preços a ser aderida, deverão ser verificadas todas as regras do termo de referência da licitação correspondente, em especial, as especificações do objeto, as condições de execução e o preço registrado.</p> <p>§ 4º Quando o estudo técnico preliminar concluir pela compatibilidade da ata de registro de preços, indicando a adesão como solução mais vantajosa, a elaboração do termo de referência poderá ser dispensada, adotando-se, para o processo de adesão, as condições do termo de referência do processo de contratação que gerou a ata.</p> <p>§ 5º A pesquisa de preços, nos termos do art. 28 e seguintes deste Decreto, é obrigatória no processo de adesão a atas de registro de preços, salvo no caso de adesões que, na sua totalidade, limitem-se ao valor de 20% (vinte por cento) do valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.</p> <div>Seção VII Exclusão do fornecedor da ata de registro de preços</div> <p>Art. 136. O fornecedor poderá ser excluído da ata de registro de preços, sem prejuízo do disposto no art. 128 deste Decreto, quando:</p> <ul style="list-style-type: none">I - descumprir as condições da ata de registro de preços;II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;IV - correr fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado; ouV - houver razão de interesse público, devidamente justificada. <div>CAPÍTULO V REGISTRO CADASTRAL</div> <p>Art. 137. O Registro Cadastral dos fornecedores do Município de Boa Esperança-PR será realizado de acordo com o previsto no art.6º da Lei nº 14.133/2021, sendo que na impossibilidade técnica de sua utilização será realizada mediante regulamentação em legislação do próprio ente municipal.</p> <p>Parágrafo único. Em nenhuma hipótese as licitações realizadas pelo Município serão restritas a fornecedores previamente cadastrados na forma do</p>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>VII - encaminhar pedido para insauação de processo administrativo sancionador;</p> <p>VIII - tomar providências para a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas do contratado, nos casos de terceirização;</p> <p>IX - tomar providências para a inserção dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas; e</p> <p>X - outras atividades compatíveis com a função.</p> <div>Seção IV Fiscalização de contrato Subseção I Designação e atribuições do fiscal do contrato</div> <p>Art. 148. Designado o fiscal do contrato, será providenciada sua capacitação ou atualização adequada e suficiente para o desempenho das atribuições, sendo sua obrigação tomar medidas necessárias para conhecer os documentos que integram o processo de contratação, em especial o edital, o termo de referência e o contrato.</p> <p>Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Compras providenciará se for o caso, a contratação de terceiros para auxiliar o fiscal, necessidade que deverá ser analisada na elaboração do estudo técnico preliminar relativo a cada contratação.</p> <p>Art. 149. No mesmo ato em que se designar o fiscal do contrato, será designado o seu suplente, que será formalmente convocado na ausência do fiscal, assumindo, a partir de então e até o retorno do fiscal, a responsabilidade pela fiscalização do contrato.</p> <p>§ 1º Quando a suplência decorrer de férias, licença ou outro evento de duração estendida, o demandante deverá comunicar, formalmente, a ausência ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços.</p> <p>§ 2º Aplicam-se aos suplentes as mesmas regras aplicáveis aos fiscais.</p> <p>Art. 150. São atribuições do fiscal de contrato, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none">I - fiscalizar a execução do objeto do contrato, de acordo com o modelo de gestão previsto em contrato;II - apresentar ao gestor do contrato os relatórios de fiscalização;


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>II - valor total do contrato;</p> <p>III - planilha quantitativa de serviços e seus preços unitários;</p> <p>IV - prazo de execução;</p> <p>V - cronograma físico financeiro;</p> <p>VI - ordens de início, de paralisação e de retomada;</p> <p>VII - fotos e vídeos do andamento da obra, atualizados, utilizados, no mínimo, quinzenalmente; e</p> <p>VIII - demais informações pertinentes ao andamento das obras.</p> <p>§ 2º O acesso ao sistema informatizado para acompanhamento de obras deve estar disponível no sítio eletrônico oficial, para acompanhamento da população, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de cadastro ou identificação do interessado para a disponibilização das informações.</p> <p>§ 3º Até que o sistema informatizado para acompanhamento de obras esteja totalmente operacional, os fiscais dos contratos de obras deverão anexar aos seus relatórios, no Sistema Eletrônico de Informação, as fotografias e/ou vídeos que demonstrem o andamento da execução.</p> <div>Seção IV Modelo de gestão e fiscalização do contrato</div> <p>Art. 157. O modelo de gestão e fiscalização constará do contrato, descreverá o modo como à execução do objeto será fiscalizadas pelos agentes públicos responsáveis e deverá definir:</p> <ul style="list-style-type: none">I - as atribuições e a rotina de fiscalização; sistemática e periódica, conforme a natureza do objeto contratado;II - o método de avaliação para fins dos recebimentos provisório e definitivo, conforme a natureza do objeto e as obrigações do contratado;III - o protocolo de comunicação entre o contratante e o contratado;IV - a forma de pagamento; eV - as hipóteses de glosa de pagamento, considerando as características da contratação;
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>IV - atendidos os requisitos, será aberto procedimento de manifestação de interesse ou consulta pública, conforme a complexidade do caso; e</p> <p>V - não atendidos os requisitos ou as adequações solicitadas, a manifestação de interesse privado será rejeitada, sendo o proponente comunicado da decisão e promovido o devido arquivamento.</p> <p>Parágrafo único. A manifestação de interesse privado poderá incluir o oferecimento de amostras ou pedidos de testes à Administração Municipal, desde que sem ônus ao Município.</p> <p>Art. 118. A manifestação de interesse privado deverá conter, quando aplicáveis, os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none">I - qualificação completa do proponente, incluindo localização para eventual envio de notificações, informações, erratas, respostas e pedido de esclarecimentos;II - descrição dos problemas e desafios, bem como das soluções e dos benefícios para a Administração Municipal e para a sociedade;III - declaração de transferência à Administração Municipal dos direitos associados aos projetos, levantamentos, investigações ou estudos propostos, sem direito a ressarcimento, salvo quando o objeto envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação. <p>Art. 119. A manifestação de interesse privado será analisada pelo Secretário Municipal de Compras, que decidirá pela continuidade ou não do processo de contratação.</p> <p>§ 1º Caso decida pela continuidade, o Secretário Municipal de Compras deverá optar pela realização de procedimento de manifestação de interesse ou consulta pública, de acordo com a complexidade do caso.</p> <p>§ 2º No caso de rejeição, após comunicado, o proponente terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a retirada dos documentos apresentados em formato físicos, eventualmente encaminhados, que serão descartados após o referido prazo.</p> <p>Art. 120. A manifestação de interesse privado será analisada pelo Secretário Municipal de Compras, que decidirá pela continuidade ou não do processo de contratação.</p> <p>§ 1º Caso decida pela continuidade, o Secretário Municipal de Compras deverá optar pela realização de procedimento de manifestação de interesse ou consulta pública, de acordo com a complexidade do caso.</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <div>Seção II Possibilidade de ingresso de novos fornecedores</div> <p>Art. 129. Os processos de contratação por sistema de registro de preços estabelecerão atas de registro preços permanentes, com a possibilidade de ingresso de novos fornecedores, qualquer tempo inclusive nas atas oriundas de contratação direta, mediante pedido do interessado à Secretaria Municipal de Compras, acompanhado a sua proposta e dos documentos exigidos na fase de seleção do fornecedor.</p> <p>§ 1º A Secretaria Municipal de Compras, pelo gestor da ata de registro de preços, julgará o pedido de inclusão em até 10 (dez) dias úteis, abrindo o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de divulgação da decisão, para interposição de recurso e contrarrazões em igual prazo.</p> <p>§ 2º A Secretaria Municipal de Compras deverá julgar os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.</p> <p>§ 3º O registro de novos fornecedores na ata de registro de preços será realizado segundo a ordem cronológica de ingresso.</p> <p>§ 4º Para ocupar a posição de menor preço, a redução deverá ser de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) em relação ao menor preço até então registrado.</p> <div>Seção III Possibilidade de saída de fornecedores e alteração de preços da ata de registros de preços</div> <p>Art. 130. Decorridos 12 (doze) meses do ingresso no sistema de registros de preços, o fornecedor poderá pedir a sua exclusão da ata de registro de preços ou solicitar a alteração de seus preços.</p> <p>§ 1º No caso de solicitação, tanto do fornecedor quanto do órgão requerente, poderá ser realizado a diminuição dos preços da ata a qualquer tempo.</p> <p>§ 2º As solicitações de alterações ou exclusões do registro de preços somente terão validade para os pedidos futuros, sendo obrigação de o fornecedor honrar os pedidos já realizados até a data do protocolo do pedido de alteração ou exclusão do registro de preço.</p> <p>§ 3º O pedido do fornecedor de sua exclusão da ata de registro de preços surtirá efeitos a partir do seu protocolo.</p> <p>§ 4º Quando não couber o disposto neste artigo, serão admitidas as soluções de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços,</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>disposto no caput deste artigo, exceto se o cadastramento for condição indispensável para autenticação na plataforma utilizada para realização do certame ou procedimento de contratação direta.</p> <div>TÍTULO V EXECUÇÃO CONTRATUAL CAPÍTULO I CELEBRAÇÃO ELETRÔNICA DE CONTRATOS E DE TERMOS ADITIVOS</div> <p>Art. 138. Os contratos e termos aditivos celebrados entre o Município e os particulares poderão adotar a forma eletrônica.</p> <p>Parágrafo único. Para assegurar a confiabilidade dos dados e informações, as assinaturas eletrônicas apostadas no contrato deverão ser classificadas como qualificadas, por meio do uso de certificado digital pelas partes subscritoras, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.</p> <div>CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS Seção I Gestão e fiscalização de contratos</div> <p>Art. 139. A Secretaria Municipal de Compras será responsável pela designação formal do gestor dos contratos celebrados pela Administração Municipal, devendo a indicação ser realizada pelo Secretário do órgão requerente.</p> <p>§ 1º Compete ao demandante fazer a designação dos agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplente.</p> <p>§ 2º Na designação do gestor e fiscal do contrato, deverá ser observada a gestão por competências, com base em critérios quantitativos e qualitativos, de modo que a complexidade e o número de contratos distribuídos a cada fiscal não prejudiquem a boa execução das suas atribuições.</p> <p>Art. 140. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.</p> <p>§ 1º Todo contrato terá, no mínimo, 01 (um) agente público formalmente designado responsável pela fiscalização da execução do contrato e outro agente público formalmente designado para a gestão do contrato e da ata de registro de preços, observado a segregação de funções.</p> <p>§ 2º Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter no mínimo, 01 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.</p>
--


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>III - nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, verificar a regularidade do cumprimento, pelo contratado, de obrigações previdenciárias e trabalhistas;</p> <p>IV - explicar ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado;</p> <p>V - realizar, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados, e aprovar a planilha de medição emitida conforme disposto em contrato;</p> <p>VI - avaliar os serviços executados pelo contratado, conforme critérios objetivos estabelecidos;</p> <p>VII - determinar ao contratado a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto;</p> <p>VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;</p> <p>IX - determinar, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;</p> <p>X - registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e identificar o contratado acerca de irregularidades, assinalando prazo para correção;</p> <p>XI - manter contato com o preposto do contratado, promovendo as reuniões necessárias para a resolução de problemas na execução do contrato;</p> <p>XII - manifestar-se nas solicitações de manutenção do contrato, prorrogações de prazo e alterações contratuais;</p> <p>XIII - verificar a qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais necessários à execução do contrato;</p> <p>XIV - requerer testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;</p> <p>XV - conferir as notas fiscais emitidas;</p> <p>XVI - receber provisoriamente o objeto do contrato; e</p> <p>XVII - comunicar infrações não saneadas e solicitar a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções à empresa contratada.</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 1º A glosa deverá ser realizada antes da emissão da nota fiscal.</p> <p>§ 2º Sendo identificada a necessidade de glosa após a emissão da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser cancelada e reemitida com a devida correção, ou, não sendo possível, deverá ser feita a compensação no faturamento da medição subsequente.</p> <p>Art. 158. Na avaliação do cumprimento das obrigações para o recebimento do objeto, deverão ser consideradas as obrigações contratualmente estabelecidas que:</p> <ul style="list-style-type: none">I - forem relevantes para o resultado buscado com a contratação;II - objetivem garantir o estrito cumprimento da proposta apresentada pelo contratado; eIII - objetivem aferir o cumprimento de disposições legais ou equivalentes, relacionadas à execução contratual. <p>Parágrafo único. A avaliação do cumprimento das obrigações pelo contratado poderá ocorrer mediante instrumento de medição de resultado, lista de verificação ou outra ferramenta que aponte os descumprimentos de forma detalhada e que possibilite a identificação do valor a ser pago ao contratado.</p> <p>Art. 159. O pagamento conforme o resultado deverá ser adotado sempre que o objeto permitir a avaliação da qualidade dos serviços por meio de indicadores objetivos.</p> <p>§ 1º Na hipótese de pagamento conforme o resultado, o modelo de fiscalização do contrato deverá contemplar instrumento de medição de resultados que contenha:</p> <ul style="list-style-type: none">I - a qualidade mínima aceitável para os serviços contratados;II - os critérios e indicadores para a avaliação e a medição dos resultados de execução do objeto, com base nos resultados dos serviços contratados pretendidos pelo demandante, com indicadores relacionados à qualidade dos serviços entregues;III - os parâmetros para a aferição do valor a ser pago, que deverá ser proporcional aos resultados medidos; eIV - as sanções cabíveis em caso de qualidade inferior à mínima fixada, bem como as condições para sua aplicação. <p>§ 2º Após cada medição de resultado, o contratado deverá ser formalmente notificado e poderá manifestar-se no prazo de 2 (dois) dias úteis, devendo o fiscal do contrato responder em igual prazo.</p>


<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 2º No caso de rejeição, após comunicado, o proponente terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a retirada dos documentos apresentados em formato físico, eventualmente encaminhados, que serão descartados o referido prazo.</p> <p>Art. 121. A Manifestação de Interesse Privado não conferirá ao seu proponente direito a ressarcimento, inclusive nos casos em que a Administração Municipal venha a utilizar os estudos apresentados.</p> <p>Parágrafo único. Caso a Manifestação de Interesse Privado conduza à realização de um Processo de Manifestação de Interesse, o proponente da Manifestação de Interesse Privado poderá ser ressarcido, caso seu projeto seja utilizado no Procedimento de Manifestação de Interesse.</p> <div>CAPÍTULO IV SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Sistema de registro de preços</div> <p>Art. 122. As contratações realizadas pela Administração Municipal poderão ser processadas por sistemas de registro de preços, sem prejuízo do dever de planejar, observadas, no que forem possíveis, as exigências pertinentes à fase preparatória do processo de contratação.</p> <p>Parágrafo único. O sistema de registro de preços poderá ser adotado nos casos de contratação direta, desde que a situação específica esteja enquadrada em uma hipótese que admita a contratação direta.</p> <p>Art. 123. O edital para o sistema de registros de preços deverá indicar:</p> <ul style="list-style-type: none">I - que a licitação é destinada ao registro de preços;II - o órgão gerenciador e órgãos participantes, bem como a estimativa de quantidades a serem adquiridas por cada órgão;III - a possibilidade de registro de mais de um fornecedor;IV - as regras de convocação dos fornecedores registrados;V - a possibilidade de ingresso de novos interessados após a assinatura da ata de registro de preços;VI - a quantidade inicial a ser adquirida, sempre que for possível identifica-la;VII - as quantidades e a periodicidade estimadas das aquisições, sempre que for possível identifica-las;
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>em procedimentos idênticos ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentadas e acolhidas pela Secretaria Municipal de Compras.</p> <p>Art. 131. O gerenciador da ata de registros de preços deverá comunicar a intenção de aquisição, com quantidade a ser adquirida e data da contratação.</p> <p>Art. 132. A ata de registro de preços perderá sua vigência ao final de 2 (dois) anos em caso de renovação de sua validade.</p> <div>Seção IV Alteração de marca pelo fornecedor</div> <p>Art. 133. Será admitida a alteração da marca pelo fornecedor sempre que a nova marca indicada cumprir os requisitos previstos em edital e tiver qualidade superior a até então registrada.</p> <p>§ 1º Nos casos de licitações exclusivas para bens pré-qualificados, o fornecedor poderá apresentar marca aprovada no procedimento de pré-qualificação, ainda que a inclusão tenha ocorrido posteriormente à realização do processo licitatório.</p> <p>§ 2º Nos processos de contratação que envolva análises complexas de amostras, o edital estabelecerá que a alteração de marca somente ocorra para as aquisições realizadas após a aprovação da amostra da nova marca, devendo o prazo para a análise estar previsto em edital.</p> <p>§ 3º Nas contratações que envolverem a necessidade de padronização da mesma marca durante toda a vigência da ata de registro de preços ou do contrato, o edital poderá prever, justificadamente, a impossibilidade de alteração.</p> <p>§ 4º A regra disposta neste artigo também se aplica aos contratos administrativos.</p> <div>Seção V Órgão gerenciador</div> <p>Art. 134. A Secretaria Municipal de Compras será o órgão gerenciador das atas de registro de preços da Administração Municipal.</p> <p>§ 1º Compete ao órgão gerenciador:</p> <ul style="list-style-type: none">I - autorizar a instauração e homologar as licitações para registro de preços;II - registrar a intenção de registro de preços e dar publicidade aos demais órgãos e entidades;
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 3º Os agentes relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.</p> <p>§ 4º Os agentes públicos relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa.</p> <p>§ 5º Havendo manifestação do agente público acerca de eventual ausência de condições para o desempenho da função de fiscal, caberá ao agente público responsável pela indicação, decidir se manterá a designação ou solicitará ao demandante a indicação de outro agente público, sendo vedada a manutenção de agentes públicos que tenham relacionamento direto com o contratado.</p> <p>§ 6º Os agentes públicos, que atuarem na gestão e fiscalização dos contratos, contarão com o apoio e auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das suas atribuições.</p> <p>Art. 141. Deverá ser aberto processo específico de gestão e fiscalização do contrato, apartado do respectivo processo de contratação, que será público e poderá ser acessado livremente por qualquer interessado.</p> <div>Seção II Respeito aos princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica</div> <p>Art. 142. A Administração Municipal respeitará, em relação aos seus contratos e atas de registros de preços, os princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica, com as primárias, pelo respeito mútuo, boa convivência, transparência, cordialidade, diálogo e pontualidade.</p> <p>Art. 143. A Secretaria Municipal de Compras disponibilizará canal de atendimento aos contratados, preferencialmente por ferramenta de tecnologia da informação, com o objetivo de manter-se aberta ao reporte de problemas, dificuldades, reclamações e esclarecimentos de dúvidas.</p> <p>Art. 144. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 15 (quinze) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto nos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, que têm prazos diferenciados.</p> <p>§ 1º O prazo previsto no caput deste artigo será suspenso em caso de pedido de informações ao contratado pela Administração Municipal, sendo retomado quando obtida a informação.</p>
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 1º Para os objetos de maior complexidade, o agente público indicado como fiscal, preferencialmente, acompanhará a etapa preparatória para adquirir conhecimento sobre os aspectos importantes ao exercício de suas atribuições e contribuir com as informações necessárias para a elaboração dos documentos produzidos nessa etapa.</p> <p>§ 2º Para o exercício de suas atribuições, o fiscal utilizará instrumentos para avaliação do cumprimento das obrigações e medição de resultados, conforme previsão contratual.</p> <p>§ 3º Para aplicação do inciso III, nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva comuns a mais de uma demandante a fiscalização administrativa será realizada pela gestão de contratos.</p> <div>Subseção II Fiscalização dos contratos com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva</div> <p>Art. 151. Os contratos de terceirização de serviços com cessão de mão em regime de dedicação exclusiva poderão adotar o regime de conta vinculada, vedada à utilização do regime de pagamento pelo fato gerador.</p> <p>Art. 152. Nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com valor anual superior a 10 (dez) vezes o valor previsto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, as atividades de fiscalização da Secretaria demandante serão preferencialmente divididas entre fiscalização técnica e fiscalização administrativa.</p> <p>§ 1º Nos contratos de terceirização de serviços com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva comuns a mais de uma demandante a fiscalização administrativa será realizada pela gestão de contratos.</p> <p>§ 2º A fiscalização administrativa nos contratos com cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva corresponderá à verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte do contratado, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">I - pagamento de salários;II - recolhimento dos encargos trabalhistas;III - regularidade na concessão de férias e 13º salário; eIV - comprovantes de pagamento de FGTS e INSS. <p>§ 3º O cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas será verificado apenas em relação aos empregados do contratado, que estiverem executando os serviços.</p>
--

<div>MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA</div> <p>§ 3º A ocorrência de caso fortuito ou força maior, que implique na redução da qualidade do serviço entregue, afasta a aplicação de sanção, mas não autoriza o pagamento integral de valores.</p> <p>Art. 160. Será admitida a fiscalização pelo público usuário, mediante o estabelecimento no contrato, de regras para sua realização e de consequências para o contratado.</p> <p>Parágrafo único. A fiscalização pelo público usuário, quando utilizado como instrumento de medição de resultado, será limitada a 10% (dez por cento) da avaliação.</p> <p>Art. 161. Durante a execução dos contratos e das atas de registro de preços, a Secretaria Municipal de Compras acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado pelo intermédio de auto declaração, cabendo ao contratado informar, se houver, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente sanção.</p> <p>§ 1º A ausência</p>
--



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

30 (trinta) dias, contados da assinatura ou prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços.

Art. 163. Verificada cobrança indevida de quaisquer valores por parte do contratado, incluindo custos unitários involuntariamente divergentes daqueles constantes da proposta, o pagamento deverá ser glosado, proporcionalmente, assegurada a prévia manifestação do contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 165. A comunicação entre o fiscal de contrato e o representante do contratado será formal e ocorrerá por meio eletrônico, salvo em situações excepcionais.

Parágrafo único. No caso da utilização de comunicação por instrumentos eletrônicos de mensagens, deverá ser informada ao contratado a conta que será utilizada na comunicação entre o fiscal e o preposto, sendo preferencial a utilização da funcionalidade de comprovante automático de recebimento da mensagem pelo destinatário.

**CAPÍTULO III
SUBCONTRATAÇÃO**

Art. 166. Será permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto do contrato, desde que previamente autorizado pela administração pública, sem prejuízo da responsabilidade do contratado pela entrega do objeto como um todo.


§ 1º Poderá ser adotado outro percentual como limite à subcontratação, devidamente justificado na etapa preparatória.

§ 2º Os contratos de quarterização não caracterizam subcontratação quando houver autorização expressa na legislação tributária para o simples faturamento à conta de terceiros.

Art. 167. A subcontratação deverá ser comunicada pelo contratado à Secretaria Municipal de Compras, que avaliará a prova da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, quando houver, relativa à sua parcela de execução.

§ 1º Para os fins de comprovação da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, poderá ser apresentado atestado de capacidade técnica emitido em data posterior à data da licitação.

§ 2º Nos casos de exigência de capacidade técnica do subcontratado, poderá ser admitida a substituição do subcontratado, mediante comprovação da capacidade técnica do subcontratado substituído para executar a parcela subcontratada.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Art. 179. Para a contratação que tenha previsão de remuneração variável, a dotação orçamentária empenhada deverá ser suficiente para arcar com a remuneração máxima possível do contratado.

**Seção III
Reajuste e repactuação**

Art. 180. O reajuste será realizado de ofício pelos gestor do contrato ou da ata de registro de preços, de acordo com os índices e data-base indicados, informalizado mediante apostila.

Art. 181. A repactuação deverá ser solicitada pelo contratado ou por qualquer dos signatários da ata de registro de preços e devidamente instruída com a documentação da data do fornecimento da documentação.

Parágrafo Único: A formalização da repactuação se dará mediante apostila.

**Seção IV
Reequilíbrio econômico-financeiro**

Art. 182. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e das atas de registros de preços deverão ser apresentados à Administração Pública Municipal acompanhados de todos os subsídios necessários à sua análise.

§ 1º A unidade contratante ou gerenciadora instruirá o respectivo processo administrativo, com parecer conclusivo das áreas econômico-financeira e jurídica.


§ 2º O pedido deverá ser obrigatoriamente instruído com as justificativas pertinentes e os documentos que comprovem a procedência do pleito.

§ 3º A análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar o disposto nas cláusulas contratuais de alocação de riscos, quando for o caso.

§ 4º Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo ao contrato administrativo ou à ata de registro de preços, retroagindo seus efeitos à data do pedido.

Parágrafo único. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro observarão o procedimento previsto em decreto específico.

**CAPÍTULO VI
ANOTAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO**



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

deverá ser concluído em, no máximo, 4 (quatro) anos, sob pena de prescrição da pretensão punitiva.

Parágrafo único. Caberá à ao Controle Interno verificar casos de responsabilidade dos agentes públicos, nos casos de prescrição da pretensão punitiva.

Art. 197. O edital, o termo de contrato e a ata de registro de preços deverão disciplinar a aplicação de sanções relativas à licitação e ao contrato, com indicação das infrações e respectivas sanções, levando em consideração a natureza, os prazos de execução do objeto e o princípio da proporcionalidade.

Art. 198. Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Secretário Municipal de Compras deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

Art. 199. Sobrevida novas considerações, no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o termo fixado nas novas decisões condenatórias, com o prazo total limitando a:

I – 6 (seis) anos, no caso de impedimento de licitar e contratar; e


II – 12 (doze) anos, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo único. A regra prevista no caput deste artigo é válida para as sanções aplicadas por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública e somente para contratos oriundos de licitações distintas.

**TÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 200. Enquanto não estiver completamente implementado o Portal Nacional de Contratações Públicas, os procedimentos deverão ser adaptados às condições possíveis, com publicidade garantida no sítio eletrônico oficial.

Art.201.Esse Decreto entra em vigor da data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.



CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CIS-COMCAM, Rafael Brito do Prado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 104/2023
b) Licitação Nº : 49/2023
c) Modalidade : Inexigibilidade;
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado : Refere-se a contratação de pessoa jurídica atuante na área da saúde, por meio de credenciamento, sem caráter de exclusividade para atendimento em assistência social, enfermagem e farmácia pelo Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde - QualiCIS mediante Edital 04/2022

01.005.10.302.0005.2.008.3.3.90.38.00.00 - 1005 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
01.005.10.302.0005.2.008.3.3.90.38.00.00 - 11322 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FORNECEDOR: FLAVIA CAROLINA LEITE ENFERMAGEM LTDA - CNPJ: 51.748.781/0001-38
Valor Total do Fornecedor: 66.067,20 (sessenta e seis mil e sessenta e sete reais e vinte centavos).

LOTE 2 SERVIÇOS DE ENFERMAGEM
Valor Total do Lote: 66.067,20 (sessenta e seis mil e sessenta e sete reais e vinte centavos).


Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	90.08.06.011 SERVIÇOS DE ENFERMAGEM	Unidade	1920	R\$ 34,00	R\$ 66.067,00

FORNECEDOR: FURLAN SERVIÇOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ: 51.696.210/0001-05
Valor Total do Fornecedor: 56.947,20 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

LOTE 3 LOTE 3
Valor Total do Lote: 56.947,20 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	90.08.06.019 SERVIÇOS DE FARMACÊUTICO	Unidade	1920	R\$ 30,00	R\$ 56.947,00

FORNECEDOR: J.V ASSISTENCIA SOCIAL LTDA - CNPJ: 51.492.323/0001-80
Valor Total do Fornecedor: 56.947,20 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

REPÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL
DECRETO Nº 3296/2023

Autoriza Crédito Adicional Suplementar por Aumento de Dotação e provêl excesso de Arrecadação no valor de R\$ 287.800,00 (Duzentos e Oitenta e Sete Mil e Oitocentos Reais), em conformidade com o artigo 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETO:

Art. 1º Fica autorizado, o Crédito adicional suplementar no valor de R\$ 287.800,00 (Duzentos e Oitenta e Sete Mil e Oitocentos Reais), em conformidade com o artigo 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
004 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL
22.004.15.491.0007.2.008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
3.3.90.30.00 - 601 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
10.000,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
004 - DIVISÃO DE ENSINO FUND. E INFANTIL
19.004.12.385.0037.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.30.00 - 142 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
16.000,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. JUR. JURIS E OBRAS
004 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL
22.004.15.491.0007.2.008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
3.3.90.30.00 - 601 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
31.300,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. JUR. JURIS E OBRAS
004 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL
22.004.15.491.0007.2.008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
3.3.90.30.00 - 601 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
20.000,00


19 - GABINETE DO PREFEITO
004 - DIVISÃO DE EVENTOS
19.004.12.385.0037.2.024.0 - Manutenção da Div. de Eventos e Realização da Festa da Vaca Amoleada - Prato Tipico
3.3.90.30.00 - 32 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
180.000,00

19 - GABINETE DO PREFEITO
004 - DIVISÃO DE EVENTOS
19.004.12.385.0037.2.024.0 - Manutenção da Div. de Eventos e Realização da Festa da Vaca Amoleada - Prato Tipico
3.3.90.30.00 - 31 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.30.00 - 0799 - OUTROS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
20.000,00

Suplementação: 287.800,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito referido no artigo anterior, serão utilizados recursos, conforme disposto no artigo 43, § 1º, inciso II e III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme a seguir:

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA
Avenida Brasil, 361 - Centro - Caixa Postal, 11 - CEP 87390-000 - BOA ESPERANÇA - PR
Fone: (41) 3552-1222 - E-mail: gabinete@boiaesperanca.pr.gov.br - CNPJ: 76.217.017/0001-67



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Art. 168. A vedação, a restrição e o estabelecimento de condições para a subcontratação deverão estar previstas em edital e decorrer de razões técnicas, mediante justificativa elaborada na fase preparatória da contratação.

Art. 169. Somente será vedada a subcontratação:

I - em licitações para fornecimento de bens, exceto para serviços acessórios vinculados ao fornecimento;

II - quando for inviável, sob o aspecto técnico;

III - quando for desvantajosa para a Administração Municipal; ou

IV - quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Art. 170. A subcontratação não transferirá ao subcontratado a responsabilidade contratual pela execução, nem eximirá o contratado de entregar o objeto integralmente executado, sob pena da extinção contratual e aplicação das sanções cabíveis.

**CAPÍTULO IV
RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

Art. 171. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual deve ser realizado conforme o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e em consonância com as regras definidas no edital para o objeto específico do contrato.

Art. 172. O objeto do contrato será recebido:


I - em se tratando de obras e serviços especiais de engenharia:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados do término da execução, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade da execução com as exigências de caráter técnico; e

b) definitivamente, em até 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 2 (dois) servidores públicos efetivos designados pela Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

II - em se tratando de serviços, inclusive os serviços comuns de engenharia:

a) provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da entrega do objeto, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade do bem ou serviço com exigências contratuais; e



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Art. 183. A Administração Municipal utilizará o cadastro de atesto de cumprimento de obrigações do registro cadastral unificado, disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Art. 184. A anotação do cumprimento de obrigações de contratos e atas de registro de preços celebrados pela Administração Municipal observará as regras estabelecidas, pelo Governo Federal, para a utilização do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**TÍTULO VI
APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
CAPÍTULO I
PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Art. 185. A advertência prevista no I do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, será aplicada pelo fiscal do contrato ou da ata de registro de preços, cabendo recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços, contados a partir da notificação da sanção, sem a necessidade de instauração de processo administrativo ou de comissão para apuração de responsabilidade.

Art.186. Será aplicada multa moratória, nos casos de atraso na execução, e multa compensatória, nas hipóteses de inexecução contratual, vedada a cumulação de multa moratória e compensatória sobre o mesmo fato gerador.

Art. 187. Nos casos de atraso, a prorrogação do prazo de execução somente será realizada se a Administração Municipal concordar com a sua concessão de programação do prazo de execução, sendo vedada a multa moratória nos casos em que houver a concessão de prorrogação do prazo de execução, desde que respeitado o prazo concedido.

Parágrafo único. Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.

Art. 188. Nos contratos por escopo facionados em etapas com cronograma físico-financeiro, será aplicada multa moratória em todas as etapas que forem entregues em atraso, sejam elas utilizáveis ou não, respeitando o processo sancionatório:

§ 1º Para fins do disposto no caput deste artigo, serão consideradas:

I – etapa utilizável: a etapa do programa que, depois de concluída, já é possível de utilização pela Administração Municipal, independentemente da conclusão das etapas subsequentes do contrato; e




MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Boa Esperança-PR, 17 de agosto de 2023.

JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920

Assinado de forma digital por JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920
Dados: 2023.08.17 14:20:14 -03'00'

Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

LOTE 1 SERVIÇOS DE ASSISTENTE SOCIAL
Valor Total do Lote: 56.947,20 (cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte centavos).


Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	90.08.06.016 SERVIÇOS EM ASSISTENCIA SOCIAL	Unidade	1920	R\$ 30,00	R\$ 56.947,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R\$ 179.961,60 (cento e setenta e nove mil, novecentos e sessenta e um e sessenta reais e vinte centavos)

Valor Total Homologado- R\$ 179.961,60

Campo Mourão, 17 de agosto de 2023.

Rafael Brito do Prado
Presidente do CIS-COMCAM



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Anulação de Dotação

20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
004 - DIVISÃO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA
20.005.10.304.0034.2.028 - PROGRAMA DA DENGUE
Fonte: 303 - Saúde - Recortes Vinculadas (EC 29/02 - 15%)
10.000,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
004 - DIVISÃO DE ENSINO FUND. E INFANTIL
19.004.12.385.0037.2.095 - MANUT. ENSINO INFANTIL - CIMEI J.FREITAS
3.3.90.30.00 - 269 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
10.000,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
004 - DIVISÃO DE ENSINO FUND. E INFANTIL
19.004.12.385.0037.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
3.3.90.30.00 - 240 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
5.500,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
001 - GABINETE DO SECRETÁRIO
19.001.12.381.0037.2.010 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
3.3.90.30.00 - 115 - INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES
Fonte: 103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
500,00

17 - SECRET. MUNIC. CULTURA ESPORTE E LAZER
002 - DIVISÃO DE CULTURA
17.002.13.382.0028.2.043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
3.3.90.30.00 - 115 - INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
11.300,00


Provêl Excesso de Arrecadação:
Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)
230.500,00

Total dos Recursos: 287.800,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança - PR, 28 de Julho de 2023

Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

b) definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 2 (dois) servidores públicos efetivos, designados pelo secretário demandante, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

III - em caso de compras:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; e

b) definitivamente, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 02 (dois) servidores públicos efetivos, designados pelo secretário demandante, para efeito de verificação da quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

§ 1º O recebimento definitivo será realizado diretamente pelo fiscal, sem a formação de comissão, nos contratos de valor inferior aos limites de dispensa de licitação, previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso, salvo previsão em sentido de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais.

§ 2º Os procedimentos para recebimento provisório e definitivo deverão constar no instrumento de contrato, assim como o prazo para sua realização que poderá ser inferior ao prazo máximo estabelecido nesse artigo.


Art. 173. O recebimento provisório do objeto, expresso ou tácito, confere ao contratado o direito às valores devidos pela execução do contrato.

Parágrafo único. O recebimento definitivo do objeto, expresso ou tácito, confere ao contratado o direito à devolução da garantia contratual prestada quando cabível, em até 5 (cinco) dias úteis.

**CAPÍTULO V
PAGAMENTO DOS CONTRATOS
Seção I
Disposições gerais**

Art. 174. Será vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida pelo contratado, mesmo nos casos de não manutenção das condições de habilitação.

Parágrafo único. No caso de contratos de prestação de serviços com cessão de mão de obra em regime de exclusividade, é permitida a retenção



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

II – etapa não utilizável: a etapa do cronograma que, mesmo quando concluída, não possibilita a sua utilização pela Administração Municipal, pois ainda depende da execução de etapas futuras para serem transformadas em etapas utilizáveis.

§ 2º Nos casos de etapas não utilizáveis que tiverem sido objeto de multa será envidada ao contrato, caso nas etapas subsequentes, antes de concluir a etapa utilizável do contrato, o contratado recupere o atraso, alcançando o prazo inicialmente estabelecido pelo cronograma.

Art. 189. As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o município de Boa Esperança e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos.

§ 1º O Secretário Municipal de Compras é competente para designar os agentes públicos para compor a comissão processante e para normatizar o processo administrativo para apuração de responsabilidade.

§ 2º O pregoeiro, o agente de contratação, o presidente da comissão de contratação, o fiscal e o gestor do contrato ou ata de registro de preços não poderão compor a comissão processante do processo administrativo relacionado à licitação, registro de preços ou contrato em que estiverem atuando.

Art. 190. O interessado deverá ser notificado, sobre a abertura do processo administrativo para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir, caso necessárias.

§ 1º Todos os atos do processo administrativo para apuração de responsabilidade, praticados pela Administração Municipal e pelo licitante contratado, ocorrerão por meio do Sistema Eletrônico de Informações.

§ 2º O processo administrativo para apuração de responsabilidade tramitará em ambiente aberto, com disponibilidade de informações permanente ao processado, ressalvados os casos em que houver necessidade de sigilo, devidamente justificado.

§ 3º A indisponibilidade do Sistema Eletrônico de informações durante o período de expediente da Administração Municipal não prejudicará o direito do licitante à devida manifestação, sendo suspensa a contagem do prazo enquanto perdurar a indisponibilidade.

Art. 191. O pedido de produção de provas deverá ser formalmente analisado e a comissão processante poderá rejeitá-lo, mediante decisão fundamentada,



PREFEITURA MUNICIPAL ENGENHEIRO BELTRÃO

44 3537-8100

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

O Prefeito do Município de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, RESOLVE:

HOMOLOGAR a inscrição de EDUARDO SCHMITZ, HELCIO KRONBERG LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL, JOACIR MONZON POUEY LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL, PEDRO LERNER KRONBERG LEILOEIRO PUBLICO OFICIAL e ADALBERTO SCHERER FILHO, ao Credenciamento acima epigrafado.

Papo Municipal Sidnei Polato, 17 de Agosto de 2023.

Adalmir José Garbim Júnior
Prefeito Municipal



ENGENHEIRO BELTRÃO
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 43/2023

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 11, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais,

Considerando o conteúdo do artigo 13, § 2º, da Lei Municipal nº 1.363, de 21 de dezembro de 2005,

Considerando a obrigatoriedade de a administração pública cumprir os prazos legais;

Considerando o equívoco no Decreto nº 39/2023;

DECRETA

Art. 1º. Altera o parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 11/2023, de 09 de fevereiro de 2023, que passará a vigorar com a seguinte redação:


Art. 2º. (..)

Parágrafo único. A data para pagamento à vista do IPTU, com desconto de 10% (dez por cento), será até o dia 12 de setembro de 2023.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Papo Municipal Sidnei Polato, 09 de agosto de 2023.

Adalmir José Garbim Júnior
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA POSSE – VII/2023
CONCURSO 01/2022

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscariol, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final obtido pelos candidatos classificados no Concurso Público - 01/2022, homologado pelo Decreto 3008/2022, publicado no diário oficial em 09 de junho de 2022 - edição 2060. Considerando destinação de candidato, exoneração e aposentadoria de servidores efetivos, bem como composição do quadro efetivo.

RESOLVE

Art. 1º - Convocar para posse as candidatas abaixo relacionadas, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação do Concurso Público 01/2022, considerando exoneração e/ou aposentadoria de servidores efetivos, bem como composição do quadro efetivo, realizamos a convocação conforme segue:

Cargo: PROFESSOR		
NOME	CPF	Classificação
LARISSA AMARAL LIMA	094.036.869-28	26º

Art. 2º - O candidato deverá apresentar junto a Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança, até o dia 31 de agosto de 2023, os documentos indispensáveis ao exercício do cargo, conforme estabelecido no Edital do CONCURSO PÚBLICO 01/2022.

Art. 3º - Após a comprovação do candidato de que preenche os requisitos legais, nos termos do Edital 01/2022 do Concurso Público para cargo efetivo, será expedida a requisição para Exame Médico.


Art. 4º - De posse do resultado do Exame Médico, que demonstre aptidão para exercício do cargo, será publicado no diário oficial do município a nomeação e a data efetiva de posse ao Cargo.

Art. 5º - A não apresentação dos documentos indispensáveis a comprovar requisitos para exercício do cargo ou não aprovação nos exames médicos implicará na perda do direito de posse, conforme regulamento geral do Concurso Público.

Art. 6º - Publique-se.

Boa Esperança, 17 de agosto de 2023.

Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

proporcional dos valores correspondentes a salários e outras verbas exigíveis do contratado a seus empregados e não adimplidos

Art. 175. O pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado.

§ 1º Para os contratos de fornecimento, serão consideradas como adimplemento da obrigação pelo contratado, a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou último dia do ciclo de mediação, conforme o caso.

§ 2º O prazo de pagamento será suspenso nos caso em que for atestado, pelo fiscal do contrato, o não cumprimento total da obrigação contratual.

§ 3º Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada.

§ 4º Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias contados da entrega da nota fiscal.

Art. 176. Caberá à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento disponibilizar, mensalmente, seção específica de acesso à informação do sítio eletrônico oficial, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.


**Seção II
Remuneração variável**

Art. 177. Nos contratos da Administração Municipal será, preferencialmente, estabelecida remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade e prazos de entrega.

§ 1º Os fatores determinantes para estabelecer o valor da remuneração variável devem ser objetivos e quantitativamente definidos no contrato.

§ 2º Serão aplicados fatores redutores da remuneração quando a qualidade da entrega for inferior à fixada e estabelecidas bonificações o caso de entrega em qualidade superior ou com antecipação do prazo de entrega.

Art. 178. Quando o objeto do contrato visar à implantação de processos de racionalização, a remuneração poderá ser ajustada em base percentual sobre o valor economizado em determinada despesa, hipótese em que as despesas ocorrerão à conta dos mesmos créditos orçamentários.



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

nos casos em que for manifestamente protelatório ou irrelevante para o caso concreto.

Parágrafo único. Caso seja aceito o pedido de produção de provas, após a diligência probatória do processo, deverá ser concedido novo prazo, de 15 (quinze) dias úteis, ao processado para alegações finais.

Art. 192. A comissão processante do processo administrativo para apuração de responsabilidade poderá, ao final do processo administrativo, arquivar o processo administrativo ou aplicar a penalidade de multa ou impedimento de licitar com o Município de Boa Esperança.

§ 1º Da decisão que aplicar o impedimento de licitar com o Município de Boa Esperança caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 2º O recurso será dirigido a comissão processante que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhará o recurso ao Secretário Municipal de Compras, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 193. Nos casos em que a conclusão da comissão processante for pela aplicação de penalidade de declaração de inidoneidade, deverá ser encaminhado parecer conclusivo ao Secretário Municipal de Compras, que decidirá pela aplicação da penalidade ou seu arquivamento, podendo devolvê-lo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais.


Parágrafo único. Da decisão do Secretário Municipal de Compras que aplicar a declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a mesma autoridade, que deverá decidir no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

Art. 194. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até sua decisão final pelo Secretário Municipal de Compras e sua utilização não poderá gerar reforma mais gravosa ao recorrente que a decisão recorrida.

Art. 195. As sanções aplicadas, de impedimento de licitar e contratar com o município de Boa Esperança e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, deverão ser levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Indóneas e Suspensas, no Portal da Transparência mantido pela Controle Interno da União, e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O registro da sanção ocorrerá somente depois de proferida a decisão final da autoridade competente, em relação a eventual recurso.

Art. 196. O processo administrativo para apuração de responsabilidade, que não for concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, tramitará com prioridade, inclusive para julgamento de eventuais recursos administrativos,



CIS-COMCAM
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA COMUNIDADE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO - C O M C A M

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CIS-COMCAM, Rafael Brito do Prado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº : 101/2023
b) Licitação Nº : 49/2023
c) Modalidade : Inexigibilidade;
d) Data Homologação : 17/08/2023
e) Objeto Homologado : Refere-se a pagamento de inscrição do curso sobre Nova Lei de Licitações para Consórcios Públicos, que será realizado em Curitiba nos dias 23, 24 e 25 de agosto. Sendo a inscrição para cinco pessoas no valor de R\$ 1.500,00 cada, sendo 1 (uma) inscrição como cortesia.

01.001.10.302.0001.2.001.3.3.90.38.00.00 - 1005 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JUR



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

PORTARIA Nº 242/2023

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscariol, no uso de suas atribuições legais nos termos da L.EI 258/2008;


RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao servidor **Joaquim Aparecido Sousa**, ocupante do cargo de motorista, no período de 16/08/2023 a 01/09/2023 totalizando 17 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 16 de agosto de 2023, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Paço Municipal Haride Cavaletti, na data de 17 de agosto de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.



Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

PORTARIA Nº 243/2023

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscariol, no uso de suas atribuições legais nos termos da L.EI 258/2008;


RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor **João Batista**, no período de 13/07/2023 a 04/09/2023 totalizando 54 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 13 de julho de 2023, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Paço Municipal Haride Cavaletti, na data de 17 de agosto de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.



Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

PORTARIA Nº 244/2023

O Prefeito do Município de Boa Esperança, Estado do Paraná, Joel Celso Buscariol, no uso de suas atribuições legais nos termos da L.EI 258/2008;

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença prêmio ao servidor **JOSÉ RIBEIRO DA SILVA**, no período de 07/08/2023 a 21/08/2023 totalizando 15 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 07 de agosto de 2023, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Paço Municipal Haride Cavaletti, na data de 17 de agosto de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.



Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

Estado do Paraná – CNPJ: 76.950.062/0001-26

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1760/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2023


O Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, através de sua Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal, convida Vossa Senhoria a participar do seguinte procedimento licitatório:

MODALIDADE	PREGÃO PRESENCIAL
JULGAMENTO	MEIOR PREÇO
TIPO	LOTE / POR ITEM
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	NÃO ATO DA ABERTURA
DATA DA ABERTURA	31 DE AGOSTO DE 2023
HORA DA ABERTURA	09:00
LOCAL DA ABERTURA	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 363- CENTRO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	20% DIA DO MES SUBSEQUENTE AO RECEBIMENTO DA NOTA FISCAL
PRAZO DE CONTRATAÇÃO	5 DIAS ÚTEIS A PARTIR DA CONVOCAÇÃO
LOCAL DE EXECUÇÃO	NA SEDE DA PROPONENTE
VIGÊNCIA DO CONTRATO	365 DIAS
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (MARMITEX E REFEIÇÕES SELF SERVICE), E BEBIDAS (ÁGUA MINERAL E REFRIGERANTE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ-PR.
LOCAL PARA RETIRADA EDITAL	AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 363- CENTRO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO HTTP://WWW.BARBOSAFERRAZ.PR.GOV.BR

BARBOSA FERRAZ, 17 de agosto de 2023.



HENRIQUE WARKEN
PREGOEIRO



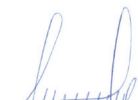
Prefeitura Municipal de Roncador

PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - FONE:(44) 3575-1222 - CNPJ: 75.371.401/0001-57


AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Dispensa nº 47/2023 - Lei Nº 14.133. Dispensa de valor visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PALCO (COM CAMARIM) E GERADOR DE ENERGIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO. Interessados apresentar Proposta de preços no prazo de três dias úteis, a contar desta publicação. A administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta 22/08/2023 às 17h, no Setor de Licitação da Prefeitura, Praça Moysés Lupion, 89 – centro, Roncador/PR, em dias úteis ou licitacao@roncador.pr.gov.br, até a data limite. Termo de Referência no Site <https://www.roncador.pr.gov.br>. Informações na Sala da CPL, Paço Municipal, das 08h às 11h45min, de 2ª a 6ª feira.

Roncador/PR, 17/08/2023.



Maicon Fernando Sacoman
AGENTE DE CONTRATAÇÃO




Prefeitura Municipal de Roncador

PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - FONE:(44) 3575-1222 - CNPJ: 75.371.401/0001-57


AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Dispensa nº 48/2023 - Lei Nº 14.133. Dispensa de valor visando à LOCAÇÃO DE APARELHO TIPO VENTILADOR MECÂNICO EM ATENDIMENTO A UM PACIENTE DE 1 (UM) ANO DE IDADE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE. Interessados apresentar Proposta de preços no prazo de três dias úteis, a contar desta publicação. A administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta 22/08/2023 às 17h, no Setor de Licitação da Prefeitura, Praça Moysés Lupion, 89 – centro, Roncador/PR, em dias úteis ou licitacao@roncador.pr.gov.br, até a data limite. Termo de Referência no Site <https://www.roncador.pr.gov.br>. Informações na Sala da CPL, Paço Municipal, das 08h às 11h45min, de 2ª a 6ª feira.

Roncador/PR, 17/08/2023.



Maicon Fernando Sacoman
AGENTE DE CONTRATAÇÃO




Prefeitura Municipal de Roncador

PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - FONE:(44) 3575-1222 - CNPJ: 75.371.401/0001-57


AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Dispensa nº 49/2023 - Lei Nº 14.133. Dispensa de valor visando à CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE, VISANDO O CONTROLE DE SOMATÓRIOS DE DESPESAS DECORRENTES DE PROCESSOS DE COMPRAS POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PEQUENO VALOR, PELO CRITÉRIO DA SUBCLASSE DO CNAE DESCRITAS PELO IBGE. NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/21, PARA USO DOS DEPARTAMENTOS DE LICITAÇÃO E COMPRAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO. Interessados apresentar Proposta de preços no prazo de três dias úteis, a contar desta publicação. A administração escolherá a mais vantajosa. Limite para Apresentação da Proposta 22/08/2023 às 17h, no Setor de Licitação da Prefeitura, Praça Moysés Lupion, 89 – centro, Roncador/PR, em dias úteis ou licitacao@roncador.pr.gov.br, até a data limite. Termo de Referência no Site <https://www.roncador.pr.gov.br>. Informações na Sala da CPL, Paço Municipal, das 08h às 11h45min, de 2ª a 6ª feira.

Roncador/PR, 17/08/2023.



Maicon Fernando Sacoman
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Prefeitura Municipal de Roncador

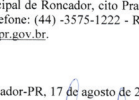
PRACA CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE:(44) 3575-1222 - PARANÁ - CNPJ: 75.371.401/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR – PR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 15/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO 164/2023


A Prefeitura do Município de Roncador, através da Comissão Permanente de Licitação, designada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, art. 184, suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna pública a Chamada Pública, para: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DE AUDIOVISUAL (CINEMAS DE RUA E CINEMA ITINERANTE), POR MEIO DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, COMO AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL, COMO AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL, COMO AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS EM DECORRÊNCIA DOS EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA PANDEMIA DA COVID-19, CONFORME INCISO II, ART. 6º, DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DECRETO Nº 11.525/2023 E DECRETO Nº 11.453/2023.

O Edital de Chamada nº. 015/2023 com detalhes estará à disposição dos interessados a partir do dia 18 de agosto de 2023 até dia 08 de setembro de 2023, e seus respectivos anexos, poderá ser examinada através do Portal da Transparência da Prefeitura de Roncador/PR (<https://roncador.eloweb.net/portalttransparencia/licitacoes/>). Aos interessados serão fornecidos esclarecimentos a respeito deste Pregão, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, exceto sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e dias em que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Roncador, cito Praça Moyses Lupion, nº. 89, Centro, CEP 87320-000, através do telefone: (44) -3575-1222 - Ramal 218, 219 e 202, ou por meio do e-mail: licitacao@roncador.pr.gov.br.

Roncador/PR, 17 de agosto de 2023.



Maicon Fernando Sacoman
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Roncador

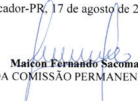
PRACA CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE:(44) 3575-1222 - PARANÁ - CNPJ: 75.371.401/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR – PR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 16/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO 158/2023


A Prefeitura do Município de Roncador, através da Comissão Permanente de Licitação, designada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, art. 184, suas alterações, e demais legislações aplicáveis, torna pública a Chamada Pública, para: SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DE AUDIOVISUAL (DOCUMENTÁRIO E VIDEOANÇA), POR MEIO DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL, COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE RONCADOR, CONFORME INCISO I, ART. 6º, DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), NO DECRETO Nº 11.525/2023 E NO DECRETO Nº 11.453/2023.

O Edital de Chamada nº. 016/2023 com detalhes estará à disposição dos interessados a partir do dia 18 de agosto de 2023 até dia 08 de setembro de 2023, e seus respectivos anexos, poderá ser examinada através do Portal da Transparência da Prefeitura de Roncador/PR (<https://roncador.eloweb.net/portalttransparencia/licitacoes/>). Aos interessados serão fornecidos esclarecimentos a respeito deste Pregão, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, exceto sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e dias em que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Roncador, cito Praça Moyses Lupion, nº. 89, Centro, CEP 87320-000, através do telefone: (44) -3575-1222 - Ramal 218, 219 e 202, ou por meio do e-mail: licitacao@roncador.pr.gov.br.

Roncador/PR, 17 de agosto de 2023.



Maicon Fernando Sacoman
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Prefeitura Municipal de Roncador

PRACA CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - CAIXA POSTAL: 001 - FONE:(44) 3575-1222 - PARANÁ - CNPJ: 75.371.401/0001-57

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 159/2023.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023.
REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Maior Lance ou Oferta Por Lote.

OBJETO: O objeto deste pregão é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA ÔNIBUS E CAMINHÃO, PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE RONCADOR/PR, EM ATENDIMENTO A TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONCADOR-PR. Nos exatos termos das especificações e condições constantes no Edital.

OS ITENS DESTES PREGÃO SÃO EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI, NOS TERMOS DO ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, E POSSUI EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO REGIONAL – REGIÃO DA COMCAM, CONFORME LETRA “D”, INCISO II, § 1º, ART. 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 1434/2023, DE 06 DE JULHO DE 2023

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR, PRAÇA MOYSES LUPION, Nº89, CENTRO, RONCADOR-PR.


DIA: 30 de agosto de 2023.

HORÁRIO: 09:00.


HORÁRIO DE CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09:00 do dia 30 de agosto de 2023, na Plataforma BLL. Compras, não serão aceitos cadastros com horário posterior.

A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos, poderá ser examinada através do Portal da Transparência da Prefeitura de Roncador/PR (<https://roncador.eloweb.net/portalttransparencia/licitacoes/>). Aos interessados serão fornecidos esclarecimentos a respeito deste Pregão, diariamente, das 08:00 às 17:00 horas, exceto sábados, domingos, feriados, pontos facultativos e dias em que não houver expediente na Prefeitura Municipal de Roncador, cito Praça Moyses Lupion, nº. 89, Centro, CEP 87320-000, através do telefone: (44) -3575-1222 - Ramal 218, 219 e 202, ou por meio do e-mail: licitacao@roncador.pr.gov.br.

Roncador - PR, 16 de agosto de 2023.



Maicon Fernando Sacoman
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

AVISO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 037/2023

Com fundamento legal no Art. 24, V da Lei Federal 8.666/93 o Município de Boa Esperança informa que será dispensado os seguintes itens:

Objeto: Aquisição de material odontológico


Lote	Qt	Und	Descrição	Valor Total
1	20	und	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES, TIPO: ESCOVA, MATERIAL SINTÉTICO, MODELO: CENTRO DE MADEIRA, DIÂMETRO: CERCA DE 300 mm.	336,40
2	3	und	ESPÁTULA PARA RESINA FABRICADA EM AÇO INOX E CABO DE SILICONE, INSTRUMENTO AUTOCALIVÁVEL, ANTIADERENTE E SUPER POLIDO, FLEXÍVEL, FINA E ESTREITA, Ø 11,8MM, COR AZUL, UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE.	895,23
3	6	und	BR 040707 INSERTO TIP / PONTA DO ULTRASSOM PERIO G1 COMPATIVEL COM ULTRASSOM DA MARCA SCHUSTER, UNIDADE DE MEDIDA: UNIDADE, SUGESTÃO DE MARCA: SCHUSTER	899,40
4	6	KIT	CONJUNTO DE PONTAERAS PARA ULTRASSOM SCHUSTER – G1 (gft) CONTENDO DUAS CADA KIT	1.680,00

Prazo de execução conforme requerimento da secretaria


Local de entrega: Conforme requisições.

Interessados deverão entrar em contato com setor de licitações através do e-mail licitacao@boaesperanca@gmail.com até 18/08/2023, não havendo novas propostas o processo será homologado em 21/08/2023 de acordo com os valores acima.

Boa Esperança, 17 de agosto de 2023.



Gabriel de Oliveira Biazzi
Presidente da CPL



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

DECRETO Nº 5312/2023

Adotou Oritico Adicional Suplementar por Superfútil Financeiro, Excesso de Acreditação e Anulação de Dotação, e no valor de R\$ 197.640,13 (Cento e Noventa e sete mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos) para integralização de dotações consignadas no vigente orçamento do Município de Boa Esperança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a alínea "c", inciso I do artigo 61 da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 1396 de 10 de Novembro de 2022, e com base na Constituição Federal e na Lei Federal nº. 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 197.640,13 (Cento e Noventa e sete mil, seiscentos e quatro reais e treze centavos), em conformidade com o artigo 41 inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64.

20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE

20.002.16.301.004.2.017 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

3.3.90.30.00 - 352 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 303 - Saúde - Recolhas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

10.000,00

17 - SECRET. MUNIC. CULTURA ESPORTE E LAZER

004 - SECRET. MUNIC. CULTURA ESPORTE E LAZER

17.004.27.812.002.2.037 - CONTR.REFORMAMP E AQUISIÇÃO DE MAT. E EQUIP. - ESPORTE E LAZER

17.004.27.812.002.2.031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.30.00 - 886 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

10.000,00

17 - SECRET. MUNIC. CULTURA ESPORTE E LAZER

004 - DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER

17.004.27.812.002.2.037 - CONTR.REFORMAMP E AQUISIÇÃO DE MAT. E EQUIP. - ESPORTE E LAZER

4.4.90.52.00 - 81 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

79.000,00

18 - GABINETE DO PREFEITO

003 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

18.003.04.122.004.2.002 - MANUTENÇÃO DOS GABINETES MUNICIPAIS

3.3.90.30.00 - 886 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 2011 - Taxas - Prestação de Serviços

1.000,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. URB. RURAIS E OBRAS

004 - DIVISÃO DE DESENVOLV. URBANO E RURAL

22.004.16.451.0007.1.003.3 - INFRA-ESTRUTURA URBANA, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

3.3.90.30.00 - 642 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

34.000,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. URB. RURAIS E OBRAS


002 - DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

22.002.38.702.0016.2.006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE

3.3.90.30.00 - 624 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

2.090,00



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

21 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

002 - DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL

21.002.08.244.0016.2.020 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.30.00 - 921 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 837 - EMENDA INDIVIDUAL 202320520009-ESTR. REDE SERV. SUAS RESL. CMAS 03-2023

5.750,13

20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

002 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE

20.002.16.301.004.2.017 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

3.3.90.30.00 - 344 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 303 - Saúde - Recolhas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

1000,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

19.002.12.361.0037.2.011 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 - 142 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1003 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

800,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. URB. RURAIS E OBRAS

004 - DIVISÃO DE DESENVOLV. URBANO E RURAL

22.004.16.451.0007.1.003 - INFRA-ESTRUTURA URBANA, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

3.3.90.30.00 - 641 - MATERIAL DE CONSUMO

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

4.000,00

22 - SECRET. MUNIC. SERV. URB. RURAIS E OBRAS

004 - DIVISÃO DE DESENVOLV. URBANO E RURAL

22.004.16.451.0007.1.003.3 - INFRA-ESTRUTURA URBANA, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES

3.3.90.30.00 - 642 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

50.000,00

Suplementação:

197.640,13

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito referido no artigo anterior, serão utilizados recursos, conforme disposto no artigo 43, § 1º, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93, conforme a seguir:

Superfútil Financeiro a Fonte:

Fonte: 2511 - Taxas - Prestação de Serviços

1.000,00

Anulação de Dotação:

20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

003 - DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA

20.003.16.301.0034.2.028 - PROGRAMA MÉDICO DA FAMÍLIA

3.3.90.30.00 - 377 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

Fonte: 303 - Saúde - Recolhas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)

10.000,00

19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO


002 - DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

19.002.12.361.0037.2.011.3 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.91.07.00.00 - 148 - APOIAR PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)

125.090,00



MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA

Excesso de Acreditação da Fonte:

Fonte: 837 - EMENDA INDIVIDUAL 202320520009-ESTR. REDE SERV. SUAS RESL. CMAS 03-2023

5.750,13

Fonte: 1000 - Recursos Ordinários (Límites)


55.800,00

Total de Recursos:

197.640,13

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Boa Esperança - PR, 17 de Agosto de 2023.



JOEL CELSO BUSCARIOL/723280
10920



Joel Celso Buscariol
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Roncador

PRACA MOYSES LUPION, 89 CENTRO - PARANÁ - CEP:87320-000 - FONE:(44) 3575-1222 - CNPJ: 75.371.401/0001-57

DECRETO Nº 63/2023.

SÚMULA: Ajusta o repasse de Aportes para os anos de 2023 a 2057.

O Prefeito Municipal de Roncador, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 3º da Lei 1.073/2014 e considerando ainda o Cálculo Atuarial para o exercício de 2023, DECRETA:


Art. 1º - Ficam ajustados os valores de repasse dos Aportes Financeiros para os anos de 2023 a 2057, para amortização do *deficit* técnico do RPPS - Regime Próprio de Previdência social, conforme Reavaliação Atuarial, datada de 15 de agosto de 2023 e com base na data focal de 31/12/2022, na forma da tabela abaixo:

Ano de 2023	2.328.061,21	Ano de 2041	4.712.818,57
Ano de 2024	2.856.321,45	Ano de 2042	4.753.799,60
Ano de 2025	3.583.076,90	Ano de 2043	4.794.780,63
Ano de 2026	4.098.103,11	Ano de 2044	4.835.761,66
Ano de 2027	4.139.084,14	Ano de 2045	4.876.742,69
Ano de 2028	4.180.065,17	Ano de 2046	4.917.723,73
Ano de 2029	4.221.046,20	Ano de 2047	4.958.704,76
Ano de 2030	4.262.027,23	Ano de 2048	4.999.685,79
Ano de 2031	4.303.008,26	Ano de 2049	5.040.666,82
Ano de 2032	4.343.989,29	Ano de 2050	5.081.647,85
Ano de 2033	4.384.970,32	Ano de 2051	5.122.628,88
Ano de 2034	4.425.951,35	Ano de 2052	5.163.609,91
Ano de 2035	4.466.932,38	Ano de 2053	5.204.590,94
Ano de 2036	4.507.913,42	Ano de 2054	5.245.571,97
Ano de 2037	4.548.894,45	Ano de 2055	5.286.553,01
Ano de 2038	4.589.875,48	Ano de 2056	5.327.534,04
Ano de 2039	4.630.856,51	Ano de 2057	5.368.515,07
Ano de 2040	4.671.837,54		


Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01/01/2023.

Publique-se. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Paço Municipal João Otalles Mendes, Em 16 de agosto de 2023.



VIVALDO LESSA MOREIRA
59861088920
Vivaldo Lessa Moreira
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Roncador

Praca Moyses Lupion, nº89 – Centro, Roncador – Paraná - CEP: 87320-000
Caixa Postal: nº001 - Fone: 44.3575.1222 - CNPJ: 75.371.401/0001-57

DECRETO Nº 64

De 17 de agosto de 2023.

SÚMULA: Revogação Processo Licitatório.

O Prefeito do Município de Roncador, Estado do Paraná, Senhor **Vivaldo Lessa Moreira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente as Leis Federais 10.520/2002, 8.666/1993 e 14.133/2021, bem como de mais legislações e na Súmula 473 do STF e, ainda, considerando os termos do Parecer Jurídico emitido no Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 77/2023, realizado por esta Municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a licitação Pregão Eletrônico nº 77/2023, oriunda do Procedimento Administrativo nº 138/2023, conforme declaração e parecer constante em referido processo.

Art. 2º - Fica aberto aos interessados, o prazo para interposição de recurso conforme Art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação do presente Decreto.

Art. 3º - O inteiro teor da documentação que fundamenta o presente ato estará à disposição dos interessados no Departamento de Fundações.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal João Otalles Mendes, Em 17 de agosto de 2023.